

**RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO
ATUARIAL - 2026**

MUNICÍPIO DE Mariana - MG

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA**

Perfil Atuarial do RPPS: Perfil III

Data Base: 30/09/2025

NTA Fundo Previdenciário: 2023.000335.1

Nome Atuário: Leonardo Ferreira Stelmo

Atuário MIBA: 3646

Versão 01

Página 1 de 98

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios previdenciários administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA - IPREV, na data focal de 31/12/2025, à luz das disposições legais e normativas vigentes.

O IPREV possuía à época um contingente de 2009 servidores ativos, 593 aposentados e 88 pensionistas, no Plano Previdenciário. Ademais, o IPREV possuía como somatório de Ativo Líquido destinado à cobertura dos benefícios previdenciários assegurados pelo Regime um montante de R\$ 483.431.620,47. São assegurados pelo referido RPPS os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez, pensão por morte.

Assim, considerados os benefícios garantidos, o plano de custeio vigente, as metodologias de cálculo, entre outras variáveis, a Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário com data focal de 31/12/2025, apurou um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ -872.151.072,54 que deverá ser financiado a uma alíquota de custeio normal avaliada em 15,90% para o Ente Público e de 14,00% para os segurados ativos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 BASE NORMATIVA	8
2.1 NORMAS GERAIS	8
2.1.1 ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA	8
2.1.2 LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	9
2.1.3 LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	9
2.1.4 LEI Nº 9.796, DE 05 DE MAIO DE 1999	9
2.1.5 LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000	9
2.1.6 LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004	9
2.1.7 PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008	10
2.1.8 PORTARIA Nº 402, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008	10
2.1.9 PORTARIA Nº 746, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011	10
2.1.10 PORTARIA Nº 464, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018	10
2.1.11 PORTARIA Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022	10
2.2 NORMAS ESPECÍFICAS	11
3 PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	11
3.1 DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	11
3.1.1 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, IDADE E COMPULSÓRIA	12
3.1.2 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	12
3.1.3 PENSÃO POR MORTE	14
3.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	15
4 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	17
4.1 DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS	17
4.1.1 REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	17
4.1.2 REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	17
4.1.3 REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	18
4.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO DE FINANCIAMENTO	18
4.2.1 IDADE NORMAL DE ENTRADA	18
4.3 RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO	18
5 HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS	19
5.1 TÁBUAS BIOMÉTRICAS	20
5.2 ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS	20
5.2.1 ROTATIVIDADE	20
5.2.2 EXPECTATIVA DE REPOSIÇÃO DE SEGURADOS ATIVOS	21
5.3 ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS	21
5.3.1 TAXA REAL DE CRESCIMENTO DA REMUNERAÇÃO POR MÉRITO E PRODUTIVIDADE	21

5.3.2 TAXA REAL DO CRESCIMENTO DOS PROVENTOS	21
5.4 TAXA DE JUROS ATUARIAL	22
5.5 ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA	23
5.5.1 IDADE ESTIMADA DE INGRESSO EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO	23
5.5.2 IDADE ESTIMADA DE ENTRADA EM APOSENTADORIA PROGRAMADA	23
5.6 COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	23
5.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES	24
5.8 DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES	24
5.8.1 FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS	24
5.8.2 BENEFÍCIOS A CONCEDER COM BASE NA MÉDIA DAS REMUNERAÇÕES OU COM BASE NA ÚLTIMA REMUNERAÇÃO	24
5.8.3 ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO REAL DO TETO DE CONTRIBUIÇÃO DO RGPS	25
5.9 RESUMO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS	25
6 ANÁLISE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS	25
6.1 DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO	26
6.2 SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS	26
6.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL	26
7 RESULTADO ATUARIAL	26
7.1 BALANÇO ATUARIAL	27
7.2 ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER	28
8 CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO	29
8.1 VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS	29
8.2 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI	29
8.3 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR BENEFÍCIO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO	30
8.4 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO	30
8.5 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI	30
9 EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL	31
9.1 – ATUAL PLANO DE CUSTEIO	31
APORTE SUPLEMENTAR CONSTANTE	31
9.2 CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT	32
ALÍQUOTA SUPLEMENTAR CRESCENTE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ALÍQUOTA SUPLEMENTAR CRESCENTE	32
10 CUSTEIO ADMINISTRATIVO	33
10.1 LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	35
10.2 ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	35

10.3 RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO	35
11 ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS	36
12 AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS	37
13 PARECER ATUARIAL	37
13.1 PERSPECTIVAS DE ALTERAÇÃO FUTURA NO PERFIL E NA COMPOSIÇÃO DA MASSA DE SEGURADOS	37
13.2 ADEQUAÇÃO DA BASE DE DADOS UTILIZADA E RESPECTIVOS IMPACTOS EM RELAÇÃO AOS RESULTADOS APURADOS	39
13.3 ANÁLISE DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS ADOTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS DE COMPORTAMENTO DOS CUSTOS E DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	39
13.4 ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MASSA DE SEGURADOS E DE SEUS DEPENDENTES E ANÁLISES DE SENSIBILIDADE PARA OS RESULTADOS	40
13.5 METODOLOGIA UTILIZADA PARA A DETERMINAÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER E IMPACTOS NOS RESULTADOS	40
13.6 COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS ATIVOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS	41
13.7 VARIAÇÃO DOS COMPROMISSOS DO PLANO (VABF E VACF)	41
13.8 RESULTADO DA AVALIAÇÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS	43
13.9 PLANO DE CUSTEIO A SER IMPLEMENTADO E MEDIDAS PARA A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL	43
13.10 PARECER SOBRE A ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DAS TRÊS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS	44
13.11 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	46
13.12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
ANEXO 1: CONCEITOS E DEFINIÇÕES	49
ANEXO 2: ESTATÍSTICAS	58
SERVIDORES ATIVOS	58
APOSENTADOS	60
PENSIONISTAS	60
ANEXO 3: PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR	62
ANEXO 4: PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES	66
ANEXO 5: RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA	73
ANEXO 6: PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)	76

ANEXO 7: RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA	81
ANEXO 8: RESULTADO DA DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO	82
ANEXO 9: TÁBUAS EM GERAL	85
ANEXO 10 – GANHOS E PERDAS ATUARIAIS	91
ANEXO 11 – SENSIBILIDADES DAS PREMISSAS ATUARIAIS	92
ANEXO 12 – ANÁLISE CRÍTICA DA BASE CADASTRAL	94
1 INTRODUÇÃO	95
2 ANÁLISE DA BASE CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO	95
2.1 BASE DE ATIVOS PREFEITURA PREVIDENCIÁRIO	95
2.2 BASE DE APOSENTADOS PREVIDENCIÁRIO	96
2.3 BASE DE PENSIONISTAS PREVIDENCIÁRIO	97
2.4 BASE DE APOSENTADOS TESOURO	97
3 ANÁLISE ESTATÍSTICA DA BASE CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO	97
4 TOMADA DE DECISÃO EM RELAÇÃO À BASE CADASTRAL	98

1 INTRODUÇÃO

O caput do artigo 1º e seu inciso I da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, determina que os RPPS sejam organizados “baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial”, mediante “realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios”.

Desta forma, a presente Avaliação Atuarial é um estudo técnico atuarial baseado nas características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas da população analisada e tem por objetivo dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio para garantir a observância do equilíbrio financeiro e atuarial do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA.

A exigência de realização de estudo atuarial com o objetivo de monitorar o equilíbrio econômico-financeiro presente e futuro dos respectivos regimes próprios visa assegurar a necessária solvência para o cumprimento das obrigações previdenciárias que lhes são pertinentes.

De modo a garantir tal equilíbrio, a Avaliação Atuarial se faz um instrumento imprescindível, pois a partir dos resultados é possível indicar diretrizes para a elaboração de um plano de investimento, financiamento e gestão na adoção de políticas de longo prazo com responsabilidade social, que visem garantir os benefícios assegurados pelo plano por meio da arrecadação dos recursos necessários.

Todos os dados e informações utilizados para a confecção dos cálculos em uma Avaliação Atuarial envolvem, independentes do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca de parâmetros, tais como salários, juros, inflação, mortalidade, invalidez, rotatividade, dentre outros. Dessa forma, nenhum resultado atuarial deve ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

Os métodos atuariais permitem acumular, durante a carreira ativa do participante, o custo do benefício que lhe será pago somente na data de aposentadoria. A principal diferença entre os métodos atuariais é a forma de se apurar a provisão matemática e o custo normal do plano de benefícios.

Neste documento estão retratados os resultados da Avaliação Atuarial com posição em 30/09/2025, relativa aos servidores civis do Plano Previdenciário, a fim de apurar, dentre outras informações, as estatísticas referentes aos segurados vinculados do município, as provisões técnicas, o passivo atuarial, os custos, as contribuições necessárias dos servidores e do ente federativo, destacando o plano de equacionamento para financiar um possível déficit atuarial.

2 BASE NORMATIVA

2.1 NORMAS GERAIS

A presente Avaliação Atuarial foi desenvolvida em observância a todos os critérios preconizados pela legislação em vigor, bem como as instruções e demais normas emitidas pela Secretaria de Previdência Social aplicáveis à elaboração das Avaliações Atuariais dos RPPS.

O demonstrativo contábil das provisões matemáticas atende a Portaria nº 509, de 12 de dezembro de 2013, que estabelece a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, além das Instruções de Procedimentos Contábeis emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, ambos, atualizados de acordo com o exercício pertinente.

2.1.1 Artigo 40 da Constituição Federal Brasileira

“Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.”

Destacam-se as regras dispostas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.

2.1.2 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

“Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.”

2.1.3 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

A Lei em epígrafe “dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.”

Em seu Art. 1º, estabelece que os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados observando a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

2.1.4 Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999

“Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.”

2.1.5 Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

“Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.”

2.1.6 Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

“Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.”

Conforme disposições, “as alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de

previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.”

2.1.7 Portaria nº 204, de 10 de julho de 2008

“Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e dá outras providências.”

2.1.8 Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008

“Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717, de 1998 e nº 10.887, de 2004.”

2.1.9 Portaria nº 746, de 27 de dezembro de 2011

“Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS por aporte.”

2.1.10 Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018

“Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.”

2.1.11 Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022

“Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.”

2.2 NORMAS ESPECÍFICAS

Em complemento aos normativos federais supracitados, o presente estudo do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Mariana- MG também se embasou na legislação municipal que rege a matéria, com destaque à Lei Complementar nº 64/2008, que instituiu os benefícios previdenciários dos servidores públicos municipais. As alíquotas de contribuição normal vigentes (patronal e funcional) foram estabelecidas pela Lei Complementar nº 74/2010 e nº 64/2008. Já o plano de amortização do Déficit Técnico Atuarial vigente foi estabelecido pela Lei Complementar nº 74/2010 e nº 64/2008.

3 PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

O IPREV gere um plano de benefícios na modalidade de benefício definido, onde os benefícios programados têm seu valor ou nível previamente definidos pelo plano de custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, por meio da contribuição dos servidores ativos, inativos, pensionistas e entes públicos, de acordo com os limites impostos na legislação municipal, respeitada a legislação federal.

3.1 DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS

Referente aos benefícios previdenciários, inicialmente cumpre informar que os proventos de aposentadoria e as pensões não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão por ocasião de sua concessão.

Ressalta-se ainda que, em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente, inclusive ao conjunto de beneficiários, no caso de pensão por morte. Salvo nos casos permitidos em Lei, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo segurado, por conta do RPPS.

A seguir estão explicitadas as principais características por benefício previdenciário, em concordância com as normas federais e a Lei Complementar nº 64/2008.

3.1.1 Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória

A aposentadoria por tempo de contribuição e idade consistem em um benefício mensal vitalício ao segurado, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão. A definição dos destinatários das normas de transição considera os parâmetros do momento em que o servidor público ingressou no RPPS e do momento em que reuniu condições de aposentadoria. Com o advento da EC nº 41/03 e, posteriormente da EC nº 103/19, a integralidade e a paridade foram extintas do âmbito constitucional para servidores aposentados com base nas regras do Art. 40, da CF, com a nova redação e com base nas regras do Art. 10, da EC nº 103/19, assegurado o direito adquirido.

A integralidade corresponde à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo. Já a paridade é a revisão dos benefícios na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifique a remuneração dos servidores em atividade. Para os servidores sem direito à integralidade, o benefício de aposentadoria, em geral, é uma proporção do último salário sendo esse (o último salário) o limite superior para o valor do primeiro benefício.

Os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar. O valor do benefício da aposentadoria corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do caput do § 2º do Art. 26 da EC 103/2019, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável (Art. 26, § 4º da EC 103/2019).

3.1.2 Aposentadoria por Invalidez

A aposentadoria por invalidez, disposta no Art. 40, § 1º, inciso I da CF e Art. 10, § 1º, II da EC nº 103/19, é aquela decorrente do infortúnio causado ao servidor que o impeça permanentemente de exercer sua atividade funcional, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

Os proventos da aposentadoria por invalidez correspondem a 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotadas como base para contribuições ao RPPS e ao RGPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos (Art. 10, § 4º e Art. 26, § 2º, II da EC nº 103/19).

No caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho, o valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotadas como base para contribuições ao RPPS e ao RGPS atualizados monetariamente (Art. 26, § 3º, II da EC nº 103/19).

Considera-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Algumas situações que podem ser consideradas acidente em serviço podem ser: o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho; a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço, mas conectados, de alguma forma, ao cargo ocupado, entre outros.

Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a tuberculosa ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

3.1.3 Pensão por Morte

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes habilitados do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. Com a promulgação da EC nº 103/19, determinou-se que o valor do benefício de pensão será equivalente a 50% do valor da aposentadoria recebida pelo servidor, acrescida de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%. No entanto, para as pensões concedidas aos dependentes de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aplicam-se as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor da EC nº 103/19, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.



3.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Na tabela a seguir estão apresentadas as regras de aposentadoria:

Quadro 1: REGRAS DE APOSENTADORIA GERAIS

REGRA	APOSENTADORIA	IDADE (anos)	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (anos)	PEDÁGIO ¹	TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	TEMPO DE CARREIRA	TEMPO NO CARGO	INGRESSO	PROVENTO	REAJUSTE
Transição	Voluntária (art. 2º, EC 41)	53 Homem 48 Mulher	35 Homem 30 Mulher	20%	-	-	5	Até 16/12/1998	Média e Reduzida ²	Índice
	Voluntária (art. 3º, EC 47)	Idade + TC = 95 anos Homem Idade + TC = 85 anos Mulher	35 Homem 30 Mulher	-	25	15	5	Até 16/12/1998	Integral	Paridade
	Voluntária (art. 6º, EC 41)	60 Homem 55 Mulher	35 Homem 30 Mulher	-	20	10	5	Até 31/12/2003	Integral	Paridade
	Voluntária (art. 20, EC 103)	60 Homem 57 Mulher	35 Homem 30 Mulher	100%	20	-	5	-	Média	Índice
	Por Pontos (art. 4º, EC 103)	62 Homem= 105 Pontos 57 Mulher=100 Pontos	35 Homem 30 Mulher	-	20	-	5	-	Média	Índice
	Por Pontos (art. 4º, EC 103) PARIDADE	65 Homem 62 Mulher	35 Homem 30 Mulher	-	20	-	5	-	Integral	Paridade
Permanente Anterior à EC 103	Voluntária (art. 40, § 1º, III, a, CF)	60 Homem 55 Mulher	35 Homem 30 Mulher	-	10	-	5	-	Média	Índice
	Por Idade (art. 40, § 1º, III, b, CF)	65 Homem 60 Mulher	-	-	10	-	5	-	Média e Proporcional	Índice
Permanente Posterior à EC 103	Voluntária (art. 40, CF e art. 10, EC 103)	65 Homem 62 Mulher	25 Homem 25 Mulher	-	10	-	5	-	Média	Índice
	Compulsória (art. 40, § 1º, II, CF)	75 anos	-	-	-	-	-	-	Média	Índice

1 – Pedágio é período adicional de contribuição, equivalente aos percentuais especificados acima, que o servidor terá que cumprir ao que faltaria para atingir o limite de tempo de contribuição exigido, na data de publicação da EC/20 para completar os requisitos da aposentadoria.

2 - Provento reduzido para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos para aposentadoria voluntária na proporção de 3,5% e 5% para aqueles que completarem as exigências para aposentadoria até 31/12/005 e até 01/01/2006, respectivamente.





Quadro 2: REGRAS DE APOSENTADORIA PARA PROFESSORES

REGRA	APOSENTADORIA	IDADE (anos)	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (anos)	PEDÁGIO	TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	TEMPO DE CARREIRA	TEMPO NO CARGO	INGRESSO	PROVENTO	REAJUSTE
Transição	Voluntária (art. 2º, EC 41)	53 Homem 48 Mulher	35 Homem 30 Mulher	20%	-	-	5	Até 16/12/1998	Média e Reduzida	Índice
	Voluntária (art. 6º, EC 41)	55 Homem 50 Mulher	30 Homem 25 Mulher	-	20	10	5	Até 31/12/2003	Integral	Paridade
	Voluntária (art. 20, EC 103)	60 Homem 57 Mulher	35 Homem 30 Mulher	100%	20	-	5	-	Média	Índice
	Por Pontos (art. 4º, EC 103)	57 Homem= 100 Pontos 52 Mulher= 92 Pontos	30 Homem 25 Mulher	-	20	-	5	-	Média	Índice
	Por Pontos (art. 4º, EC 103) PARIDADE	65 Homem 62 Mulher	35 Homem 30 Mulher	-	20	-	5	-	Integral	Paridade
Permanente Anterior à EC 103	Voluntária (art. 40, § 1º, III, CF)	55 Homem 50 Mulher	30 Homem 25 Mulher	-	10	-	5	-	Média	Índice
Permanente Posterior à EC 103	Voluntária (art. 40, CF e art. 10, EC 103)	60 Homem 57 Mulher	25 Homem 25 Mulher	-	10	-	5	-	Média	Índice
	Compulsória (art. 40, § 1º, II, CF)	75 anos	-	-	-	-	-	-	Média	Índice

1 - Bônus é o acréscimo de 17%, se homem e 20%, se mulher ao tempo de serviço exercido até 16/12/1998, antes do cálculo do pedágio e desde que se aposentem, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério



4 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Denomina-se regime financeiro a metodologia utilizada para determinar, sob o ponto de vista atuarial, como se processa o financiamento das responsabilidades de um plano de benefícios. Para os benefícios do Plano Previdenciário do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA, foram adotados os regimes financeiros e método atuarial de financiamento elencados a seguir, em conformidade com as disposições da Portaria nº 1.467/2022.

4.1 DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS

4.1.1 Regime de Capitalização

De acordo com a Portaria nº 1.467/2022, o regime financeiro de capitalização será utilizado para cálculo dos compromissos relativos às aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias. Deste modo, esse regime possui uma estrutura técnica que consiste em determinar as contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado para custear a sua aposentadoria ao longo da fase pós-laborativa. Portanto, o regime de capitalização pressupõe a formação de reservas, já que as contribuições são antecipadas no tempo em relação ao pagamento do benefício.

4.1.2 Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

Considerando a Portaria nº 1.467/2022, o regime financeiro de repartição de capitais de cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados em atividade. Dessa forma, nesse regime, as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para cobrir todas as despesas geradas no mesmo período até o fim de sua duração. Portanto, no regime de repartição de capitais de cobertura há a formação de reservas apenas para benefícios concedidos.

4.1.3 Regime de Repartição Simples

Para esse regime, as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para pagar toda a despesa ocorrida neste mesmo período, ou seja, as despesas esperadas para um exercício devem ser financiadas no mesmo exercício. Portanto, não há formação de reservas.

4.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO DE FINANCIAMENTO

4.2.1 Idade Normal de Entrada

O método de Idade Normal de Entrada surgiu com a necessidade de um método que conseguisse estabelecer um custo normal mais constante ao longo do tempo. Dessa forma, foi criado o método de idade normal de entrada em moeda constante. Esse método, portanto, estabelece um custo normal nivelado a partir de determinada idade (geralmente a data de admissão no plano ou no ente), chamada de idade normal de entrada, ou idade de entrada normal.

O custo normal, então, consiste em dividir o valor presente dos benefícios na data de entrada por uma anuidade temporária contada da idade de entrada normal até a data prevista para a concessão do benefício. Além disso, baseando-se no fato de que os salários evoluem e se alteram ao longo do tempo, para alguns casos faria mais sentido estabelecer um nível de contribuição em percentual da folha de salários e não em moeda constante.

Diante dessa consideração, desenvolveu-se o método de idade de entrada normal em percentual do salário, que estabelece um custo normal uniforme em valor constante de percentual de salário. O custo normal nesse método consiste em dividir o valor presente dos benefícios na data de entrada pelo valor presente dos salários na mesma data.

4.3 RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

O quadro a seguir apresenta os benefícios oferecidos pelo RPPS, bem como os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados neste estudo.

Quadro 1: TIPO DE BENEFÍCIO E REGIME FINANCEIRO UTILIZADO PARA O CUSTEIO

BENEFÍCIO	RESPONSABILIDADE DO RPPS	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	SIM	CAP	IEN
Reversão da Aposentadoria Voluntária/Compulsória em Pensão	SIM	CAP	IEN
Aposentadoria por Invalidez	SIM	RCC	
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	SIM	RCC	
Pensão por Morte do Servidor Ativo	SIM	RCC	

Em que:

- **CAP** = Capitalização
- **RCC** = Repartição de Capitais de Cobertura
- **IEN** = **Idade de Entrada Normal**

A metodologia de cálculo, bem como as formulações adotadas para a elaboração desta Avaliação Atuarial, está de acordo com os Regimes Financeiros e o Método de Custeio descrito no quadro anterior, assim como na Nota Técnica Atuarial vigente do RPPS.

Ressalta-se que, somente, para o cálculo das provisões matemáticas previdenciárias para fins de evidenciação em balanço patrimonial, foi utilizado, no horizonte prospectivo, a técnica do valor presente atuarial e o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado (PUC). A alteração no anexo 3 e 6 tem por finalidade atender às recomendações com base no item 59 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público 15 (NBC TSP 15) – Benefícios a Empregados c/c item 51 da Instrução de Procedimentos Contábeis 14 (IPC 14) e 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

5 HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

A legislação brasileira estabelece alguns princípios básicos que devem ser seguidos em uma Avaliação Atuarial, dentre eles os métodos aceitáveis para a Avaliação

dos custos de cada tipo de benefício, e regulamenta a aplicabilidade dos regimes de financiamento em relação aos benefícios oferecidos.

Em conformidade com a legislação em vigor, em especial com a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, serão apresentadas a seguir as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que foram utilizadas na presente Avaliação Atuarial.

5.1 TÁBUAS BIOMÉTRICAS

As tábuas biométricas para projeção da longevidade e da entrada em invalidez utilizadas nesta Avaliação Atuarial, de acordo com a Portaria nº 1.467/2022, devem se adequar à respectiva massa de beneficiários do RPPS. Portanto, para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos, o limite mínimo estipulado pela legislação vigente será a tábua anual de mortalidade do Mortalidade Geral - IBGE 2022 P/Sexo e segregada por sexo. Para a taxa de entrada em invalidez, o limite mínimo será a Tábua Entrada em Invalidez - Álvaro Vindas.

As hipóteses referentes às tábuas biométricas são utilizadas para a mensuração das ocorrências dos eventos atinentes à morte de válidos e inválidos e à entrada em invalidez. A partir das tábuas biométricas também se obtêm as expectativas de sobrevivência daqueles que se aposentam e recebem pensão. Ademais, as tábuas biométricas servem para a apuração dos compromissos referentes, principalmente, aos benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

5.2 ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

5.2.1 Rotatividade

A hipótese da rotatividade está relacionada à alteração do perfil da massa de segurados por reposição de segurados ativos. Em outras palavras, é a saída de alguns servidores, seja por desligamento, exoneração, aposentadoria ou falecimento, e a entrada de outros servidores em substituição a estes.

A Portaria nº 1.467/2022 estipula uma taxa máxima de rotatividade de 1.00% a.a. Para esta Avaliação Atuarial, a rotatividade considerada foi 0.00% a.a.

5.2.2 Expectativa de reposição de segurados ativos

A hipótese de reposição dos segurados ativos está relacionada ao perfil e forma de ingresso de novos servidores no RPPS. Desta forma, considera-se um novo entrando com características funcionais e previdenciárias semelhantes às do segurado que substituiu para efeito de projeção, especialmente quanto à estimativa de idade de início em algum regime previdenciário, de ingresso no serviço público e de remuneração inicial desses segurados repostos para fins de projeções atuariais.

Esta hipótese poderá impactar, apenas, os valores dos compromissos e o resultado atuarial, para fins de definição do plano de custeio de equilíbrio do RPPS, observando os parâmetros na Portaria nº 1.467/2022 e Instrução Normativa pertinente da Secretaria de Previdência.

Considerando as condições impostas acima e enquanto não definidos pelo MTP critérios para sua utilização, nesta Avaliação Atuarial apenas a geração atual será considerada no cálculo.

5.3 ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

5.3.1 Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade

A hipótese de crescimento da remuneração está relacionada à expectativa de futuros aumentos nas remunerações dos servidores. Como o valor do benefício está diretamente relacionado ao valor da remuneração no momento da aposentadoria, é de grande importância que exista um acompanhamento contínuo dessa hipótese, a fim de conseguir calcular esse crescimento ao longo do tempo.

De acordo com a Portaria nº 1.467/2022, a hipótese de taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira deve ser, no mínimo, 1.00% a cada ano. Adotou-se como hipótese de crescimento da remuneração o percentual equivalente à 1.57% ao ano.

5.3.2 Taxa real do crescimento dos proventos

A hipótese de crescimento dos proventos, ou benefícios, está relacionada à expectativa de aumento futuro no valor dos benefícios concedidos aos aposentados e pensionistas do município. Como o valor do benefício está diretamente relacionado ao

valor das reservas matemáticas necessárias para custear tal benefício, quanto maior o crescimento do benefício, maior o custo do plano.

Nesta Avaliação Atuarial, a taxa de crescimento dos benefícios considerado para aposentados e pensionistas foi de 0.00%, adotando-se apenas reajustes anuais pela inflação. Para aqueles que possuem direito a paridade, utiliza-se a mesma taxa dos servidores ativos.

5.4 TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros pode ser descrita como o valor para a taxa de retorno esperada acima da inflação nas aplicações dos recursos do Plano Previdenciário. Dessa forma, a lógica é: quanto maior a taxa de juros a ser alcançada, maior a contribuição do mercado financeiro para o pagamento dos benefícios, diminuindo o esforço contributivo por parte do município e dos segurados.

De acordo com a Portaria nº 1.467/2022 a taxa de juros real a ser utilizada como taxa de desconto para apuração presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS, será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Poderão ser acrescidas nas hipóteses da taxa de juros real dos exercícios a partir de 2023, em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais. Na qual, os acréscimos só serão aplicados aos fundos em capitalização do RPPS que possuam recursos superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Desta forma, para esta Avaliação Atuarial, considerando a Duração do Passivo de 16.87, resulta como hipótese de taxa de juros atuarial o percentual equivalente a 5.50% ao ano. O acompanhamento contínuo dessa hipótese se faz extremamente necessária, a fim de garantir uma taxa de juros atuarial sempre adequada à realidade do RPPS.

5.5 ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

5.5.1 Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário

De acordo com a Portaria nº 1.467/2022, o tempo de contribuição do segurado ativo ao RPPS deverá ser obtido através da base cadastral que o RPPS disponibilizou ao atuário responsável pela Avaliação Atuarial. Porém, no caso de não haver informações sobre tempo de contribuição anterior ao seu ingresso no ente federativo, sua apuração será obtida pela diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 anos.

Nesta Avaliação, para aqueles servidores que não possuem a informação do tempo de contribuição anterior, utilizou-se a hipótese de 25 anos como a idade de início das atividades profissionais.

5.5.2 Idade estimada de entrada em aposentadoria programada

Com relação à estimativa da data provável de entrada em aposentadoria, a hipótese adotada foi de aposentadoria quando elegível. Atendendo à Portaria nº 1.467/2022, no caso de inexistência de informação relacionada a tempo de contribuição progressivo, adota-se como idade inicial de contribuição a idade de 25 anos.

5.6 COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

De acordo com a Portaria nº 1.467/2022, na falta ou inconsistência de dados cadastrais dos dependentes, deverá ser estimada a composição do grupo familiar para fins de cálculo do compromisso gerado pela morte de segurado ativo ou aposentado com o pagamento de pensões por morte, sempre numa perspectiva conservadora quanto aos impactos nos custos e provisões.

Nesta Avaliação Atuarial, assumiram-se as seguintes hipóteses: o perfil familiar, quando informado na base cadastral, foi utilizado conforme registrado. Já para os servidores considerados casados e que não possuíam dependentes cadastrados, foi adotada a seguinte premissa:

- Servidores 3 anos mais velhos que as esposas;
- Servidoras 4 anos mais jovem que os maridos;
- Filhas 24 anos mais novas que os servidores.

5.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

A compensação financeira, conhecida como COMPREV, foi regulada pela Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e pode ser considerada um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou entre Regimes Próprios de Previdência Social.

O valor de COMPREV a receber pelo RPPS pode ser estimado por valor pró rata, pela aplicação de percentual de proporção do tempo de contribuição sobre valor médio per capita dos benefícios pagos pelo RPPS, ou por percentual do VABF conforme previsto na Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022. Nesta Avaliação Atuarial, utilizou-se para o cálculo do COMPREV o que está previsto nos Art. 34 e no Parágrafo Único do Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467/2022.

5.8 DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES

5.8.1 Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos

A hipótese do fator de determinação é utilizada para estimar as perdas inflacionárias decorrentes dos efeitos da inflação futura ao longo do tempo sobre as remunerações e benefícios. Os efeitos da inflação provocam perdas no poder de compra tanto das remunerações dos segurados ativos como dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Nesta Avaliação Atuarial, os fatores de determinação das remunerações e proventos adotados foram de 100%.

5.8.2 Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração

O valor dos benefícios previdenciários dos servidores que não têm direito à paridade é calculado a partir de um percentual médio de queda entre o último salário e o primeiro benefício. Nesse sentido, os benefícios são estimados pela multiplicação do salário projetado na data da aposentadoria, através do crescimento salarial, e do Fator Atuarial de Correção – FAC.

5.8.3 Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS

Nesta Avaliação Atuarial, o crescimento real do teto de contribuição do RGPS utilizado é igual a 0.00%.

5.9 RESUMO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

Quadro 2: PREMISSAS ATUARIAIS

DISCRIMINAÇÃO	HIPÓTESE ADOTADA
Meta Atuarial	5.50% a.a.
Crescimento Salarial	1.57% a.a.
Crescimento Benefício Aposentados e Pensionistas	0.00% a.a.
Rotatividade	0.00% a.a.
Taxa de Sobrevivência e Mortalidade Geral	Mortalidade Geral - IBGE 2022 P/Sexo (Ambos os Sexos)
Taxa de Sobrevivência e Mortalidade de Inválidos	Mortalidade de Inválidos - IBGE 2022 P/Sexo (Ambos os Sexos)
Taxa de Invalidez	Entrada em Invalidez - Alvaro Vindas (Ambos os Sexos)
Compensação Previdenciária	Utilizada conforme Art. 34 e o Parágrafo único do anexo VI da Portaria MTP Nº 1.467/2022

Relata-se que as premissas como Crescimento Salarial e Tábua demográfica foram baseadas no último Relatório de Hipóteses.

Quadro 3: PREMISSAS ATUARIAIS - Alíquota de Contribuição

Descrição	Faixa Inicial	Faixa Final	Isenção na Faixa	Aliq Participante	Aliq Patronal	Aplicação
Contribuição Servidor Ativo	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	14,00 %	15,90 %	Alíquota Integral na Faixa
Contribuição do Aposentado	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 8.157,41	14,00 %	0,00 %	Alíquota Integral na Faixa
Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 8.157,41	14,00 %	0,00 %	Alíquota Integral na Faixa

6 ANÁLISE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS

Para a realização desta Avaliação Atuarial, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA disponibilizou sua base cadastral contendo os dados de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas que compõem o RPPS.

6.1 DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

Os dados utilizados nesta Avaliação, sobre os segurados ativos, aposentados, dependentes e pensionistas, foram fornecidos no período que antecede sua realização, via e-mail, pelo IPREV, com data base de 30/09/2025.

O quadro e gráfico seguintes apresentam o resumo estatístico da massa de servidores efetivos, aposentados e pensionistas do município de Mariana repassados pelo IPREV utilizados na presente avaliação atuarial.

Quadro 4: POPULAÇÃO EM ANÁLISE

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Servidores Ativos	R\$ 9.824.105,10	2.009	R\$ 4.890,05
Servidores Aposentados	R\$ 2.735.513,89	593	R\$ 4.613,01
Pensionistas	R\$ 213.850,68	88	R\$ 2.430,12
Total	R\$ 12.773.469,67	2.690	R\$ 4.748,50

6.2 SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS

Um resumo dos dados dos servidores afastados ou cedidos está expresso no quadro a seguir.

Quadro 5: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS

DISCRIMINAÇÃO	PROFESSOR	NÃO PROFESSOR	TOTAL
Frequência	13	63	76
Idade Média	51	45	46
Remuneração Média	R\$ 5.365,88	R\$ 4.369,56	R\$ 4.539,98
Remuneração Total	R\$ 69.756,50	R\$ 275.282,23	R\$ 345.038,73

6.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A descrição com a análise da qualidade da base cadastral se encontra no Anexo deste relatório.

7 RESULTADO ATUARIAL

Elaborou-se a Avaliação Atuarial com o objetivo de apurar os encargos previdenciários para subsidiar tecnicamente o equilíbrio da previdência dos servidores públicos do Município de Mariana.

Segmentou-se o grupo de estudo em riscos expirados e riscos não expirados. Os riscos expirados representam o passivo atuarial relativo aos benefícios já concedidos e aqueles que já teriam, de acordo com as premissas da avaliação, direito à aposentadoria.

7.1 BALANÇO ATUARIAL

De acordo com os dados recebidos, o IPREV apresenta a seguinte situação financeira e atuarial:

Quadro 6: ALÍQUOTAS NORMAIS

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA NORMAL VIGENTE EM LEI	ALÍQUOTA NORMAL VIGENTE DE EQUILÍBRIO
Alíquota Normal (Patronal + Servidor) (A)	29,90 %	29,28 %
Desconto das alíquotas dos benefícios calculados por RS, RCC e taxa de administração (B)	3,60 %	9,83 %
Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A - B)	26,30 %	19,45 %

Quadro 7: BALANÇO ATUARIAL

DISCRIMINAÇÃO	VALORES COM ALÍQUOTAS VIGENTES	VALORES COM ALÍQUOTAS DE EQUILÍBRIO
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 483.431.620,47	R\$ 483.431.620,47
Aplicações em Renda Fixa	R\$ 473.252.050,69	R\$ 473.252.050,69
Aplicações em Renda Variável	R\$ 3.409.903,18	R\$ 3.409.903,18
Aplicações no Exterior	R\$ 6.678.333,13	R\$ 6.678.333,13
Demais bens direitos e ativos	R\$ 91.333,47	R\$ 91.333,47
PROVISÃO MATEMÁTICA – TOTAL	R\$ -1.453.357.821,42	R\$ -1.536.086.403,07
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	R\$ -538.928.533,81	R\$ -538.928.533,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros – Concedidos	R\$ -546.928.127,69	R\$ -546.928.127,69
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	R\$ 7.999.593,88	R\$ 7.999.593,88
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC	R\$ -914.429.287,61	R\$ -997.157.869,26
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ -1.183.133.956,49	R\$ -1.183.133.956,49
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ 130.575.368,97	R\$ 89.982.370,97
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	R\$ 138.129.299,91	R\$ 95.993.716,26

AJUSTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E A CONCEDER REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 97.775.128,39	R\$ 97.775.128,39
(-)Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 38.618.430,56	R\$ 38.618.430,56
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 59.156.697,83	R\$ 59.156.697,83
RESULTADO ATUARIAL	R\$ -872.151.072,56	R\$ -954.879.654,21
Superávit	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit	R\$ -872.151.072,56	R\$ -954.879.654,21
Déficit Equacionado	R\$ -872.151.072,56	R\$ -954.879.654,21
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 254.043.331,77	R\$ 254.043.331,77
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	0.00000000	0.00000000
Déficit Atuarial a Equacionar	R\$ -618.107.740,79	R\$ -700.836.322,44
Valor Atuarial dos Salários Futuros (VASF)	R\$ 821.228.733,37	R\$ 821.228.733,37

O valor atual das remunerações futuras (VASF) apurado nesta Avaliação Atuarial foi de R\$ 821.228.733,37.

7.2 ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER

A seguir quadro contendo a composição dos ativos garantidores e demais créditos a receber.

Quadro 8: Ativos Garantidores e Créditos a Receber

DISCRIMINAÇÃO	VALORES VIGENTES
Aplicações em Renda Fixa	R\$ 473.252.050,69
Aplicações em Renda Variável	R\$ 3.409.903,18
Aplicações no Exterior	R\$ 6.678.333,13
Demais bens direitos e ativos	R\$ 91.333,47
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 38.618.430,56
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 59.156.697,83
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 254.043.331,77

8 CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio é composto por todas as fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo plano de benefícios e taxa de administração, representada pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos, aposentados e pensionistas ao respectivo RPPS, além dos aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial.

8.1 VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS

De acordo com a Instrução Normativa nº 8, de 21 de dezembro de 2018, os valores das remunerações e proventos atuais serão apresentados em valores mensais e valores anuais, como especificado no quadro abaixo.

Quadro 9: VALORES DAS BASES DE CONTRIBUIÇÃO

CATEGORIAS	VALORES MENSAIS	VALORES ANUAIS
Total das Bases de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 9.576.085,49	R\$ 124.489.111,37
Total das Bases de Contribuição dos Aposentados	R\$ 152.724,92	R\$ 1.985.423,96
Total das Bases de Contribuição dos Pensionistas	R\$ 2.952,56	R\$ 38.383,28
TOTAL	R\$ 9.731.762,97	R\$ 126.512.918,61

8.2 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

Inicialmente, cumpre lembrar que o plano de custeio atual está definido na Lei Complementar nº 74/2010 e nº 64/2008, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 10: CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

CATEGORIAS	VALOR ANUAL BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA VIGENTE	VALOR CONTRIBUIÇÃO ESPERADA
Ente Federativo	R\$ 124.489.111,37	12,30 %	R\$ 15.312.160,70
Taxa de Administração	R\$ 124.489.111,37	3,60 %	R\$ 4.481.608,01
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas			
Ente Federativo - Total	R\$ 124.489.111,37	15,90 %	R\$ 19.793.768,71
Segurados Ativos	R\$ 124.489.111,37	14,00 %	R\$ 17.428.475,59
Aposentados	R\$ 1.985.423,96	14,00 %	R\$ 277.959,35
Pensionistas	R\$ 38.383,28	14,00 %	R\$ 5.373,66

CONTRIBUIÇÃO TOTAL			R\$ 37.505.577,31
---------------------------	--	--	--------------------------

8.3 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR BENEFÍCIO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO

No quadro abaixo seguem as alíquotas de custeio normal, calculadas por benefício e o custeio administrativo, considerando os resultados apurados, os regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais e premissas adotados.

Quadro 11: CUSTO NORMAL - Contribuição Sobre Folha

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL	Alíquota	REGIME FINANCEIRO
Aposentadoria Programada	R\$ 23.363.369,49	18,77 %	CAP
Rev. Aposentadoria Normal em Pensão por Morte	R\$ 841.048,44	0,68 %	CAP
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 3.719.404,76	2,99 %	RCC
Rev. Aposent. por Invalidez em Pensão por Morte	R\$ 20.366,14	0,02 %	RCC
Pensão Por Morte de Ativo	R\$ 4.005.003,93	3,22 %	RCC
Taxa Administrativa	R\$ 4.481.608,01	3,60 %	
TOTAL	R\$ 36.430.800,77	29,26 %	

8.4 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO

No quadro abaixo seguem as alíquotas de custeio normal, calculadas por regime financeiro e o custeio administrativo, considerando os resultados apurados, os regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais e premissas adotados.

Quadro 12: CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADOS POR REGIME FINANCEIRO

REGIME FINANCEIRO	CUSTO ANUAL PREVISTO	ALÍQUOTA
Capitalização	R\$ 24.204.417,93	19,44 %
Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 7.744.774,83	6,22 %
Repartição Simples	R\$ 0,00	0,00 %
Custeio Administrativo	R\$ 4.481.608,01	3,60 %
Alíquota Total	R\$ 36.430.800,77	29,26 %

8.5 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI

As contribuições normais atualmente vertidas ao IPREV somam 29.90% (15.90% para o Ente e 14.00% para os servidores). O patamar contributivo atual deverá ser:

Quadro 13: CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI

CATEGORIAS	VALOR ANUAL BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA VIGENTE	VALOR CONTRIBUIÇÃO ESPERADA
Ente Federativo	R\$ 124.489.111,37	12,30 %	R\$ 15.312.160,70
Taxa de Administração	R\$ 124.489.111,37	3,60 %	R\$ 4.481.608,01
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas			
Ente Federativo - Total	R\$ 124.489.111,37	15,90 %	R\$ 19.793.768,71
Segurados Ativos	R\$ 124.489.111,37	14,00 %	R\$ 17.428.475,59
Aposentados	R\$ 1.985.423,96	14,00 %	R\$ 277.959,35
Pensionistas	R\$ 38.383,28	14,00 %	R\$ 5.373,66
CONTRIBUIÇÃO TOTAL			R\$ 37.505.577,31

9 EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

O Déficit Técnico Atuarial apurado nesta Avaliação Atuarial deve ser coberto para a sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios. O financiamento vigente do Déficit Técnico Atuarial implementado em lei é insuficiente para manutenção desse equilíbrio exigindo uma revisão do financiamento suplementar. Nesse sentido serão apresentadas, após a demonstração do atual plano de custeio, algumas propostas de financiamento suplementar com o objetivo reestabelecimento do equilíbrio financeiro e atuarial.

9.1 – ATUAL PLANO DE CUSTEIO
Aporte Suplementar Constante

É possível financiar o atual Déficit Técnico Atuarial por meio de aportes regulares constantes conforme proposta apresentada no quadro a seguir.

Quadro 14: FINANCIAMENTO DO CUSTO SUPLEMENTAR

EXERCÍCIO	%S/FOLHA	BASE FOLHA	AMORTIZAÇÃO
2.026	9,78 %	126.443.590,42	12.366.183,14
2.027	10,40 %	128.428.754,79	13.356.590,50
2.028	11,01 %	130.445.086,24	14.362.004,00
2.029	11,62 %	132.493.074,09	15.395.695,21
2.030	12,24 %	134.573.215,35	16.471.761,56
2.031	12,85 %	136.686.014,83	17.564.152,91

2.032	13,46 %	138.831.985,26	18.686.785,22
2.033	14,08 %	141.011.647,43	19.854.439,96
2.034	14,69 %	143.225.530,29	21.039.830,40
2.035	15,30 %	145.474.171,12	22.257.548,18
2.036	15,92 %	147.758.115,61	23.523.092,01
2.037	16,53 %	150.077.918,03	24.807.879,85
2.038	17,14 %	152.434.141,34	26.127.211,83
2.039	17,76 %	154.827.357,36	27.497.338,67
2.040	18,37 %	157.258.146,87	28.888.321,58
2.041	18,98 %	159.727.099,78	30.316.203,54
2.042	19,59 %	162.234.815,25	31.781.800,31
2.043	20,21 %	164.781.901,85	33.302.422,36
2.044	20,82 %	167.368.977,71	34.846.221,16
2.045	21,43 %	169.996.670,66	36.430.286,52

9.2 CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Alíquota Suplementar Crescente

É possível financiar o atual Déficit Técnico Atuarial por meio de Alíquota Suplementar Crescente conforme proposta apresentada no quadro a seguir.

Quadro 15: FINANCIAMENTO DO CUSTO SUPLEMENTAR

EXERCÍCIO	%S/FOLHA	BASE FOLHA	SD DÍVIDA INICIAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	SD DÍVIDA FINAL
2.026	25,42%	126.443.590,42	872.151.072,54	32.141.960,68	47.968.308,99	887.977.420,84
2.027	38,06%	128.428.754,79	887.977.420,84	48.879.984,07	48.838.758,15	887.936.194,92
2.028	38,06%	130.445.086,24	887.936.194,92	49.647.399,82	48.836.490,72	887.125.285,82
2.029	38,06%	132.493.074,09	887.125.285,82	50.426.864,00	48.791.890,72	885.490.312,54
2.030	38,06%	134.573.215,35	885.490.312,54	51.218.565,76	48.701.967,19	882.973.713,96
2.031	38,06%	136.686.014,83	882.973.713,96	52.022.697,24	48.563.554,27	879.514.570,99
2.032	38,06%	138.831.985,26	879.514.570,99	52.839.453,59	48.373.301,40	875.048.418,80
2.033	38,06%	141.011.647,43	875.048.418,80	53.669.033,01	48.127.663,03	869.507.048,82
2.034	38,06%	143.225.530,29	869.507.048,82	54.511.636,83	47.822.887,69	862.818.299,68
2.035	38,06%	145.474.171,12	862.818.299,68	55.367.469,53	47.455.006,48	854.905.836,64
2.036	38,06%	147.758.115,61	854.905.836,64	56.236.738,80	47.019.821,01	845.688.918,85
2.037	38,06%	150.077.918,03	845.688.918,85	57.119.655,60	46.512.890,54	835.082.153,78
2.038	38,06%	152.434.141,34	835.082.153,78	58.016.434,19	45.929.518,46	822.995.238,05
2.039	38,06%	154.827.357,36	822.995.238,05	58.927.292,21	45.264.738,09	809.332.683,93
2.040	38,06%	157.258.146,87	809.332.683,93	59.852.450,70	44.513.297,62	793.993.530,85
2.041	38,06%	159.727.099,78	793.993.530,85	60.792.134,18	43.669.644,20	776.871.040,87

2.042	38,06%	162.234.815,25	776.871.040,87	61.746.570,68	42.727.907,25	757.852.377,43
2.043	38,06%	164.781.901,85	757.852.377,43	62.715.991,84	41.681.880,76	736.818.266,35
2.044	38,06%	167.368.977,71	736.818.266,35	63.700.632,92	40.525.004,65	713.642.638,08
2.045	38,06%	169.996.670,66	713.642.638,08	64.700.732,85	39.250.345,09	688.192.250,32
2.046	38,06%	172.665.618,39	688.192.250,32	65.716.534,36	37.850.573,77	660.326.289,73
2.047	38,06%	175.376.468,60	660.326.289,73	66.748.283,95	36.317.945,94	629.895.951,71
2.048	38,06%	178.129.879,16	629.895.951,71	67.796.232,01	34.644.277,34	596.743.997,05
2.049	38,06%	180.926.518,26	596.743.997,05	68.860.632,85	32.820.919,84	560.704.284,04
2.050	38,06%	183.767.064,59	560.704.284,04	69.941.744,78	30.838.735,62	521.601.274,88
2.051	38,06%	186.652.207,51	521.601.274,88	71.039.830,18	28.688.070,12	479.249.514,82
2.052	38,06%	189.582.647,16	479.249.514,82	72.155.155,51	26.358.723,31	433.453.082,62
2.053	38,06%	192.559.094,72	433.453.082,62	73.287.991,45	23.839.919,54	384.005.010,72
2.054	38,06%	195.582.272,50	384.005.010,72	74.438.612,91	21.120.275,59	330.686.673,39
2.055	38,06%	198.652.914,18	330.686.673,39	75.607.299,14	18.187.767,04	273.267.141,29
2.056	38,06%	201.771.764,93	273.267.141,29	76.794.333,73	15.029.692,77	211.502.500,34
2.057	38,06%	204.939.581,63	211.502.500,34	78.000.004,77	11.632.637,52	145.135.133,08
2.058	38,06%	208.157.133,06	145.135.133,08	79.224.604,84	7.982.432,32	73.892.960,56
2.059	36,88%	211.425.200,05	73.892.960,56	77.973.613,78	4.064.112,83	0,00

10 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, alterou os parâmetros para cálculo da taxa de administração dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos estados, Distrito Federal e municípios. O limite da taxa de administração deixou de ser apurado pelo percentual único de 3% sobre a base de contribuição dos servidores ativos com base no exercício financeiro anterior e passa a ter duas opções de cálculo.

A seguir estão os novos valores da taxa de administração proposta por essa Portaria, que levam em consideração não só uma regulação proporcional à complexidade dos RPPS, mas também incentivam uma melhoria da gestão dos RPPS.

- i. de até 2,0% (dois por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do ISP-RPPS, de que trata o art. 238, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

- ii. de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;
- iii. de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; ou
- iv. de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

A lei do ente federativo poderá autorizar que o percentual da taxa de administração, seja elevado em até 20% (vinte e cinco por cento), exclusivamente para o custeio de despesas administrativas relacionadas a:

I - Obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS, a ser obtida no prazo de 2 (dois) anos, contado da data da formalização da adesão ao programa, contemplando, entre outros, gastos referentes a:

- a) preparação para a auditoria de certificação;
- b) elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS;
- c) cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários;
- d) auditoria de certificação, procedimentos periódicos de autoavaliação e auditoria de supervisão; e

e) processo de renovação ou de alteração do nível de certificação; e

II - Obtenção e manutenção de certificação pelos dirigentes da unidade gestora e membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS, contemplando, entre outros, gastos referentes a:

a) preparação, obtenção e renovação da certificação; e

b) capacitação e atualização dos gestores e membros dos conselhos e comitê.

Para esta Avaliação Atuarial, a taxa de administração utilizada foi de 3.60%.

10.1 LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Conforme Art. 11 da Instrução Normativa nº 08 de 21 de dezembro de 2018, o custeio administrativo deverá conter, no mínimo, as despesas administrativas dos últimos 3 anos.

Quadro 16: DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

ANO	Base Calc Tx Admin	Tx Adm Prevista Lei	Limite Gastos com Desp Adm
2025	R\$ 123.807.780,77	3,60 %	R\$ 4.457.080,11
2024	R\$ 110.720.364,93	3,60 %	R\$ 3.985.933,14
2023	R\$ 98.332.696,93	3,60 %	R\$ 3.539.977,09

10.2 ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Conforme Art. 11 da Instrução Normativa nº 08 de 21 de dezembro de 2018, o custeio administrativo deverá conter, no mínimo, a estimativa de despesas administrativas para o próximo exercício.

Quadro 17: ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO

ANO	Vlr Remuneração Serv Ativo	Vlr Proventos Aposentados	Vlr Pensões por Morte	Vlr Desp Adm Prevista
2026	R\$ 124.489.111,37	R\$ 35.561.680,57	R\$ 2.780.058,84	R\$ 4.481.608,01

10.3 RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO

Conforme Art. 11 da Instrução Normativa nº 08, de 21 de dezembro de 2018, o custeio administrativo deverá conter recomendações de manutenção ou alteração da fonte de custeio das despesas administrativas do RPPS.

Na eventualidade de necessidade de alteração na base de contribuição, em conformidade com o estabelecido pelo art. 84 da Portaria 1.467/2022, notando-se que, conforme o Indicador de Situação Previdenciária (ISP) de 2025, o Município de Mariana é categorizado como Grupo de Médio Porte, impõe-se o seguinte:

"Art. 84. A taxa de administração a ser estabelecida por meio de legislação do ente federativo deve obedecer aos parâmetros a seguir:

(...)

c) de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;"

11 ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

Os quadros abaixo contêm as variações dos custos normais e dos resultados nas últimas três avaliações atuariais.

Quadro 18: VARIAÇÃO DOS CUSTOS NORMAIS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES

CUSTO NORMAL	AV.ATUARIAL 2024	AV.ATUARIAL 2025	AV.ATUARIAL 2026
Benefícios em Regime de Capitalização	15,08 %	20,57 %	19,45 %
Benefícios em RCC	6,76 %	6,94 %	6,23 %
Benefícios em RS	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Quadro 19: VARIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	AV.ATUARIAL 2024	AV.ATUARIAL 2025	AV.ATUARIAL 2026
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ -371.748.085,53	R\$ -485.387.664,27	R\$ -500.310.103,24
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ -826.010.896,46	R\$ -903.167.551,78	R\$ -855.272.589,77
(=) Reserva Matemática (RMBaC + RMBC)	R\$ -1.197.758.981,99	R\$ -1.388.555.216,05	R\$ -1.355.582.693,01
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 356.166.482,35	R\$ 408.849.421,87	R\$ 483.431.620,47
(+) Plano de Amortização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) RESERVA A AMORTIZAR	R\$ -841.592.499,64	R\$ -979.705.794,18	R\$ -872.151.072,54

12 AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

O perfil de risco atuarial, segundo a Instrução Normativa nº 01, de 23 de agosto de 2019, será estabelecido por meio de matriz de risco elaborada pela Secretaria de Previdência, que considerará o porte do RPPS e indicadores de risco atuarial, baseando-se em subíndices do Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS (ISP-RPPS).

Dessa forma, segundo a planilha disponibilizada pela Secretaria de Previdência, podemos observar que o município de Mariana possui **perfil atuarial III** e **Indicador de Situação Previdenciária B**.

Quadro 20: PERFIL ATUARIAL E ISP-2025

Perfil Atuarial	Indicador de Situação Previdenciária
Perfil III	B

13 PARECER ATUARIAL

Atendendo às disposições da Lei nº 9.717/98, Portaria MPS nº 464/18, Portaria MTP nº 1.467/2022 e outras, apresentamos o Parecer Técnico Atuarial do Plano de Benefício Previdenciário, administrado pelo IPREV, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2026.

Procedeu-se a Avaliação Atuarial do exercício de 2026, com data base posicionada em 30/09/2025, contemplando as normas vigentes e a Nota Técnica Atuarial do Plano, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS.

13.1 PERSPECTIVAS DE ALTERAÇÃO FUTURA NO PERFIL E NA COMPOSIÇÃO DA MASSA DE SEGURADOS

No período compreendido entre 2024 e 2026, a quantidade de segurados ativos apresentou comportamento oscilatório. Em 2024 registravam-se 2.018 servidores ativos, número que se elevou para 2.123 em 2025 (+5,20%) e posteriormente reduziu-se para 2.009 em 2026 (-5,37% em relação a 2025), ficando ligeiramente abaixo do quantitativo inicial do triênio (-0,45% no acumulado). Embora não se observe tendência linear de crescimento, a dinâmica revela relativa estabilidade do quadro ativo, porém

acompanhada de expansão contínua do número de beneficiários, reforçando sinais consistentes de maturação do plano previdenciário.

A massa de aposentados apresentou elevação expressiva ao longo do período, passando de 476 beneficiários em 2024 para 554 em 2025 (+16,39%) e alcançando 593 em 2026 (+7,04% em relação a 2025), o que representa crescimento acumulado de aproximadamente 24,58% no triênio. Tal evolução evidencia avanço relevante no processo de concessão de benefícios, com impacto direto sobre o passivo atuarial, especialmente na Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC).

Entre os pensionistas, observou-se crescimento de 76 beneficiários em 2024 para 90 em 2025 (+18,42%), seguido de leve redução para 88 em 2026 (-2,22%), mantendo-se, ainda assim, patamar superior ao inicial (+15,79% no acumulado do período). O comportamento é compatível com a dinâmica demográfica do grupo e igualmente contribui para a ampliação do estoque de benefícios concedidos.

Sob a ótica econômica, a média da base de cálculo dos segurados ativos apresentou crescimento consistente ao longo do triênio, passando de R\$ 4.220,49 em 2024 para R\$ 4.485,95 em 2025 (+6,29%) e atingindo R\$ 4.766,59 em 2026 (+6,26%), acumulando elevação de aproximadamente 12,94% no período. Esse movimento impacta diretamente tanto a arrecadação contributiva quanto o custo atuarial dos benefícios futuros, elevando a base projetada das aposentadorias.

No que se refere aos benefícios concedidos, observa-se crescimento relevante dos valores médios pagos. Para os aposentados, a média evoluiu de R\$ 3.757,53 em 2024 para R\$ 4.209,74 em 2025 (+12,03%), alcançando R\$ 4.613,01 em 2026 (+9,58%), o que representa aumento acumulado de aproximadamente 22,76% no triênio.

Entre os pensionistas, a média passou de R\$ 1.861,06 em 2024 para R\$ 2.144,15 em 2025 (+15,21%) e R\$ 2.430,12 em 2026 (+13,34%), resultando em variação acumulada de aproximadamente 30,58% no período, contribuindo de forma relevante para a elevação do passivo atuarial vinculado aos benefícios concedidos.

Do ponto de vista demográfico, verifica-se elevação gradual da idade média dos segurados ativos, que passou de 46,87 anos em 2024 para 47,00 anos em 2025 e 47,50 anos em 2026, indicando envelhecimento progressivo da massa contributiva.

Entre os aposentados, a idade média elevou-se de 63,00 anos em 2024 para 63,21 anos em 2025 e 63,49 anos em 2026, refletindo aumento gradual da longevidade e permanência prolongada em gozo de benefício.

No grupo de pensionistas, a idade média passou de 44,00 anos em 2024 para 45,02 anos em 2025 e 47,41 anos em 2026, evidenciando envelhecimento significativo do grupo no período.

No tocante à relação entre contribuintes e beneficiários, observa-se deterioração do indicador ao longo do triênio. Em 2024, havia aproximadamente 3,65 ativos por beneficiário (2.018 ativos para 552 beneficiários). Em 2025, o índice reduziu-se para cerca de 3,30 (2.123 ativos para 644 beneficiários) e, em 2026, atingiu aproximadamente 2,95 ativos por beneficiário (2.009 ativos para 681 beneficiários).

Tal comportamento evidencia avanço consistente do processo de maturação do plano e aumento da pressão estrutural sobre o equilíbrio financeiro e atuarial, uma vez que o crescimento do número de aposentados e pensionistas ocorreu em ritmo superior à variação da massa ativa, ampliando gradativamente a razão de dependência previdenciária.

13.2 ADEQUAÇÃO DA BASE DE DADOS UTILIZADA E RESPECTIVOS IMPACTOS EM RELAÇÃO AOS RESULTADOS APURADOS

Procedemos à Avaliação Atuarial com o intuito de avaliar as alíquotas de contribuições com base nos dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município de Mariana, na data base de 30/09/2025.

Para a validação dos dados nesse exercício, adequou-se a base cadastral em até considerá-la suficiente e consistente para a elaboração da presente Avaliação Atuarial. Destaca-se que a relação das inconsistências se encontra em anexo, e que as premissas utilizadas possuem caráter conservador gerando impacto no Plano.

13.3 ANÁLISE DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS ADOTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS DE COMPORTAMENTO DOS CUSTOS E DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Para as RMBaC de aposentadorias programadas e reversão de aposentadoria em pensão, adotou-se o método de Idade de Entrada Normal. Para os benefícios de Pensões

por Morte de ativo, Aposentadoria por Invalidez e reversão de aposentadoria por invalidez em pensão, adotou-se Repartição de Capitais de Cobertura (RCC).

O método IEN tem como objetivo nivelar a alíquota de contribuição e, desde que não haja alteração significativa na base ou nas premissas, espera-se a manutenção dessa alíquota ao longo dos anos.

Destaca-se, que com base no art. 26, §3º a da Portaria MTP nº 1.467/2022, as provisões matemáticas a serem contabilizadas deverão ser apuradas conforme as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público. Assim sendo, com base no item 59 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público 15 (NBC TSP 15) – Benefícios a Empregados c/c item 51 da Instrução de Procedimentos Contábeis 14 (IPC 14) e 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as provisões matemáticas que constarão em balanço patrimonial para esta Avaliação serão contabilizadas pelo Método PUC (Crédito Unitário Projetado).

13.4 ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MASSA DE SEGURADOS E DE SEUS DEPENDENTES E ANÁLISES DE SENSIBILIDADE PARA OS RESULTADOS

Utilizou-se as tábuas Mortalidade Geral - IBGE 2022 P/Sexo para mortalidade de válidos e Mortalidade de Inválidos - IBGE 2022 P/Sexo para mortalidade de inválidos, conforme recomendado pela legislação vigente, a tábua Entrada em Invalidez - Álvaro Vindas para entrada em invalidez, crescimento salarial de 1.57% a.a., rotatividade de 0.00% a.a., fator de capacidade de 100% e taxa de juros de 5.50% a.a.

Para aqueles servidores que não possuem a informação do tempo de contribuição anterior, utilizou-se a hipótese de 25 anos como a idade de início das atividades profissionais. Hipótese como esta, tende a antecipar possível volatilidade no Passivo Atuarial.

13.5 METODOLOGIA UTILIZADA PARA A DETERMINAÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER E IMPACTOS NOS RESULTADOS

Utiliza-se o método de estimação de compensação previdenciária para os servidores ativos conforme cita a Portaria MTP nº 1467/2022. Para os servidores aposentados deve-se destacar que a falta de informação de tempo pregresso de

contribuição dos servidores ao RGPS tende a criar maior incerteza em relação ao COMPREV a receber ou a pagar.

13.6 COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS ATIVOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os Ativos Garantidores do Plano posicionados em dezembro/2025 somavam R\$ 483.431.620,47, conforme apresentado abaixo:

Quadro 21: ATIVOS GARANTIDORES

DESCRIÇÃO ATIVO	VALOR
Aplicações em Renda Fixa	R\$ 473.252.050,69
Aplicações em Renda Variável	R\$ 3.409.903,18
Aplicações no Exterior	R\$ 6.678.333,13
Demais bens direitos e ativos	R\$ 91.333,47

13.7 VARIAÇÃO DOS COMPROMISSOS DO PLANO (VABF e VACF)

O Valor Presente dos Benefícios Futuros (VABF) destinados aos aposentados e pensionistas apresentou crescimento expressivo no período analisado.

No caso dos aposentados, o VABF passou de R\$ 351.700.283,78 em 2024 para R\$ 478.647.727,18 em 2025 (+36,08%) e atingiu R\$ 517.897.911,55 em 2026 (+8,20% em relação a 2025), acumulando elevação de aproximadamente 47,27% no triênio.

Entre os pensionistas, o VABF evoluiu de R\$ 22.209.252,06 em 2024 para R\$ 29.634.950,88 em 2025 (+33,43%), apresentando leve redução para R\$ 29.030.216,14 em 2026 (-2,04%), mas ainda mantendo crescimento acumulado de aproximadamente 30,71% em relação a 2024.

Esse comportamento decorre, sobretudo, de três fatores principais:

- crescimento do número de aposentados (de 476 para 593 no período);
- aumento relevante dos valores médios de benefícios (especialmente entre aposentados e pensionistas):
 - envelhecimento gradual do grupo de beneficiários, com ampliação do tempo esperado de permanência em gozo de benefício.

Destaca-se que a elevação dos valores médios dos benefícios, com variação acumulada de aproximadamente 22,76% para aposentados e 30,58% para pensionistas, exerce impacto direto sobre o passivo atuarial, sobretudo nos casos de benefícios

vinculados à paridade, cuja dinâmica tende a reproduzir reajustes concedidos aos servidores ativos.

No que se refere ao Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) dos aposentados e pensionistas, observa-se elevação ao longo do período.

O VACF dos aposentados (contribuições futuras dos participantes) passou de R\$ 2.130.784,65 em 2024 para R\$ 6.468.984,33 em 2025 e R\$ 7.930.027,75 em 2026, refletindo ampliação tanto do quantitativo de beneficiários quanto da base contributiva incidente sobre a parcela que excede o teto do RGPS.

Entre os pensionistas, o VACF evoluiu de R\$ 30.665,66 em 2024 para R\$ 78.741,03 em 2025, ajustando-se para R\$ 69.566,13 em 2026, mantendo patamar significativamente superior ao inicial.

No tocante ao Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores ativos (benefícios a conceder), observa-se crescimento entre 2024 e 2025, seguido de redução em 2026. O VABF passou de R\$ 1.132.041.213,04 em 2024 para R\$ 1.263.067.080,72 em 2025 (+11,57%), reduzindo-se para R\$ 1.183.133.956,49 em 2026 (-6,33% em relação a 2025), permanecendo, contudo, em patamar superior ao observado no início do triênio.

Esse comportamento pode ser explicado pela combinação dos seguintes fatores:

- oscilação no quantitativo de servidores ativos (2.018 para 2.123 e 2.009);
- envelhecimento gradual da massa ativa (46,87 para 47,50 anos);
- migração de parte dos segurados para o grupo de aposentados, impactando a RMBaC;
- crescimento expressivo da base média de cálculo no período, com elevação acumulada próxima de 12,94%.

Assim, embora a base remuneratória tenha apresentado crescimento consistente, a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) reduziu-se de R\$ 903.167.551,78 em 2025 para R\$ 855.272.589,77 em 2026, representando variação negativa de aproximadamente 5,30%, o que indica transferência progressiva de risco atuarial para o grupo de benefícios concedidos.

Em síntese, o crescimento do passivo atuarial no período foi fortemente impulsionado pela expansão da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) que passou de R\$ 371.748.085,53 em 2024 para R\$ 500.310.103,24 em 2026, aumento

de aproximadamente 34,60%, enquanto a RMBaC apresentou comportamento mais moderado, com redução no último exercício.

Tal dinâmica evidencia mudança estrutural na composição das obrigações do regime previdenciário, caracterizando avanço consistente do processo de maturação do plano e maior concentração do passivo no grupo já em gozo de benefício.

13.8 RESULTADO DA AVALIAÇÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

As Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos (RMBC), fixadas, com base nas informações individuais dos servidores aposentados e pensionistas do IPREV, existentes em 30/09/2025, são determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquido de eventuais contribuições de aposentados e pensionistas.

Assim, as RMBC perfaziam, na data-base da Avaliação Atuarial, o montante de R\$ -500.310.103,24. Já as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios a Conceder (RMBaC) foram avaliadas em R\$ -855.272.589,77. Com base na metodologia utilizada para se estimar a compensação previdenciária sobre os benefícios concedidos, o valor estimado encontrado foi de R\$ 38.618.430,57.

Sendo o Ativo Líquido de cobertura das obrigações do passivo atuarial no montante de R\$ 483.431.620,47, atestamos que o plano de benefícios previdenciário do IPREV apresentou um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ -872.151.072,54.

13.9 PLANO DE CUSTEIO A SER IMPLEMENTADO E MEDIDAS PARA A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

As contribuições normais atualmente vertidas ao IPREV somam 29.90% (15.90% para o Ente e 14.00% para os servidores). Recomenda-se a manutenção das alíquotas vigentes.

Como o Plano se encontra em déficit atuarial, recomenda-se a Reforma Previdenciária em conjunto com a Alteração do Plano de Amortização, ou o Plano de amortização a seguir:

EXERCÍCIO	%S/FOLHA	BASE FOLHA	SD DÍVIDA INICIAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	SD DÍVIDA FINAL
2.026	25,42%	126.443.590,42	872.151.072,54	32.141.960,68	47.968.308,99	887.977.420,84
2.027	38,06%	128.428.754,79	887.977.420,84	48.879.984,07	48.838.758,15	887.936.194,92
2.028	38,06%	130.445.086,24	887.936.194,92	49.647.399,82	48.836.490,72	887.125.285,82

2.029	38,06%	132.493.074,09	887.125.285,82	50.426.864,00	48.791.890,72	885.490.312,54
2.030	38,06%	134.573.215,35	885.490.312,54	51.218.565,76	48.701.967,19	882.973.713,96
2.031	38,06%	136.686.014,83	882.973.713,96	52.022.697,24	48.563.554,27	879.514.570,99
2.032	38,06%	138.831.985,26	879.514.570,99	52.839.453,59	48.373.301,40	875.048.418,80
2.033	38,06%	141.011.647,43	875.048.418,80	53.669.033,01	48.127.663,03	869.507.048,82
2.034	38,06%	143.225.530,29	869.507.048,82	54.511.636,83	47.822.887,69	862.818.299,68
2.035	38,06%	145.474.171,12	862.818.299,68	55.367.469,53	47.455.006,48	854.905.836,64
2.036	38,06%	147.758.115,61	854.905.836,64	56.236.738,80	47.019.821,01	845.688.918,85
2.037	38,06%	150.077.918,03	845.688.918,85	57.119.655,60	46.512.890,54	835.082.153,78
2.038	38,06%	152.434.141,34	835.082.153,78	58.016.434,19	45.929.518,46	822.995.238,05
2.039	38,06%	154.827.357,36	822.995.238,05	58.927.292,21	45.264.738,09	809.332.683,93
2.040	38,06%	157.258.146,87	809.332.683,93	59.852.450,70	44.513.297,62	793.993.530,85
2.041	38,06%	159.727.099,78	793.993.530,85	60.792.134,18	43.669.644,20	776.871.040,87
2.042	38,06%	162.234.815,25	776.871.040,87	61.746.570,68	42.727.907,25	757.852.377,43
2.043	38,06%	164.781.901,85	757.852.377,43	62.715.991,84	41.681.880,76	736.818.266,35
2.044	38,06%	167.368.977,71	736.818.266,35	63.700.632,92	40.525.004,65	713.642.638,08
2.045	38,06%	169.996.670,66	713.642.638,08	64.700.732,85	39.250.345,09	688.192.250,32
2.046	38,06%	172.665.618,39	688.192.250,32	65.716.534,36	37.850.573,77	660.326.289,73
2.047	38,06%	175.376.468,60	660.326.289,73	66.748.283,95	36.317.945,94	629.895.951,71
2.048	38,06%	178.129.879,16	629.895.951,71	67.796.232,01	34.644.277,34	596.743.997,05
2.049	38,06%	180.926.518,26	596.743.997,05	68.860.632,85	32.820.919,84	560.704.284,04
2.050	38,06%	183.767.064,59	560.704.284,04	69.941.744,78	30.838.735,62	521.601.274,88
2.051	38,06%	186.652.207,51	521.601.274,88	71.039.830,18	28.688.070,12	479.249.514,82
2.052	38,06%	189.582.647,16	479.249.514,82	72.155.155,51	26.358.723,31	433.453.082,62
2.053	38,06%	192.559.094,72	433.453.082,62	73.287.991,45	23.839.919,54	384.005.010,72
2.054	38,06%	195.582.272,50	384.005.010,72	74.438.612,91	21.120.275,59	330.686.673,39
2.055	38,06%	198.652.914,18	330.686.673,39	75.607.299,14	18.187.767,04	273.267.141,29
2.056	38,06%	201.771.764,93	273.267.141,29	76.794.333,73	15.029.692,77	211.502.500,34
2.057	38,06%	204.939.581,63	211.502.500,34	78.000.004,77	11.632.637,52	145.135.133,08
2.058	38,06%	208.157.133,06	145.135.133,08	79.224.604,84	7.982.432,32	73.892.960,56
2.059	36,88%	211.425.200,05	73.892.960,56	77.973.613,78	4.064.112,83	0,00

13.10 PARECER SOBRE A ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DAS TRÊS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

1. Evolução das Reservas Matemáticas (RMBC + RMBaC)

No período analisado, observa-se comportamento distinto entre as reservas vinculadas aos benefícios concedidos e aquelas relativas aos benefícios a conceder,

refletindo o processo de maturação do plano e a dinâmica demográfica da massa segurada.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) apresentou crescimento contínuo no triênio, passando de R\$ 371.748.085,53 em 2024 para R\$ 485.387.664,27 em 2025 (+30,57%) e atingindo R\$ 500.310.103,24 em 2026 (+3,07% em relação a 2025), acumulando elevação de aproximadamente 34,60% no período.

Esse comportamento evidencia avanço consistente do processo de maturação do plano, com maior concentração do passivo no grupo de benefícios já concedidos, impulsionado pelo crescimento do número de aposentados, pela elevação dos valores médios dos benefícios e pelo aumento da longevidade.

Já a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) apresentou crescimento entre 2024 e 2025, passando de R\$ 826.010.896,46 para R\$ 903.167.551,78 (+9,34%), seguido de redução em 2026 para R\$ 855.272.589,77 (-5,30% em relação a 2025).

Considerando o total das reservas (RMBC + RMBaC), a Reserva Matemática Global evoluiu de R\$ 1.197.758.981,99 em 2024 para R\$ 1.388.555.216,05 em 2025 (+15,93%), reduzindo-se para R\$ 1.355.582.693,01 em 2026 (-2,37%), mantendo-se, ainda assim, em patamar superior ao observado no início do triênio.

2. Ativo Líquido do Plano e Reserva a Amortizar

Em contraposição ao comportamento das reservas matemáticas, o Ativo Líquido do Plano apresentou crescimento consistente ao longo do período:

- 2024: R\$ 356.166.482,35
- 2025: R\$ 408.849.421,87
- 2026: R\$ 483.431.620,47

O crescimento acumulado de aproximadamente 35,73% no triênio demonstra evolução patrimonial relevante, influenciada pelo fluxo contributivo, pela compensação previdenciária e pelo desempenho dos investimentos.

Entretanto, como a expansão do passivo atuarial ocorreu em ritmo superior ao crescimento do ativo, a Reserva a Amortizar (Déficit Técnico Atuarial) apresentou a seguinte evolução:

- 2024: R\$ 841.592.499,64

- 2025: R\$ 979.705.794,18
- 2026: R\$ 872.151.072,54

Observa-se elevação significativa do déficit entre 2024 e 2025 (+16,40%), seguida de redução em 2026 (-10,98%), ainda permanecendo em patamar superior ao inicial do triênio.

Assim, embora o plano tenha apresentado fortalecimento patrimonial e aumento expressivo do ativo garantidor, o regime permanece estruturalmente deficitário, uma vez que o passivo atuarial continua superando de forma relevante o patrimônio disponível.

A dinâmica observada reforça a necessidade de monitoramento contínuo do equilíbrio atuarial e da efetividade das medidas de financiamento adotadas, especialmente diante do avanço do processo de maturação do plano e da crescente concentração do passivo nos benefícios já concedidos.

13.11 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os riscos atuariais aos quais o Plano de Benefícios está submetido decorrem, principalmente, da inadequação das hipóteses, alterações na base cadastral entre avaliação, assim como das premissas atuariais, as quais apresentam volatilidade ao longo do período de contribuição e percepção de benefícios, sendo que para o RPPS, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras.

A variação do crescimento real dos salários pode comprometer o equilíbrio atuarial no longo prazo. O acompanhamento das premissas atuariais e dos fluxos, em especial em relação às receitas e despesas previstas e realizadas pode indicar possíveis fontes de riscos não identificadas em relatórios anteriores.

Alteração na administração pública que consideram impacto de longo prazo também podem impactar no Resultado Técnico Atuarial ao longo dos anos como contratação de novos servidores, reajuste a servidores ativos e/ou aposentados, alteração nas regras de elegibilidade etc.

13.12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do IPREV, considerando a base de dados cadastrais em 30/09/2025, atingiu um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ -872.151.072,54 e o atual plano de amortização vigente em lei é insuficiente para reestabelecimento do Equilíbrio Técnico Atuarial. Concluindo-se que o Plano de Benefícios está em Déficit Técnico Atuarial.

O acompanhamento das receitas e despesas previdenciárias do plano é crucial e, em situações de alterações na legislação que impactem diretamente na contribuição esperada, torna-se imperativo que o Município esteja atento à possível diminuição das receitas esperadas.

É realmente importante o acompanhamento das receitas e despesas previdenciárias do plano, o plano de aumento salarial dos servidores, assim como a alteração do Plano de Amortização Vigente. Em caso de mudança em legislação que influencie diretamente na contribuição esperada, deve ser necessário um plano de amortização distinto do Planejado nesta Avaliação.

Caso o Instituto não consiga cumprir com o plano de amortização sugerido no novo Plano ou ainda necessite da redução do Déficit Técnico Atuarial, pode-se alterar os seguintes parâmetros para a diminuição destes valores:

- A aplicação da Emenda nº 103/2019;
- Aportes Extraordinários.

A aplicação da Emenda nº 103/2019 pode ser uma opção viável de estudo para o instituto. Dado que, caso sejam alteradas as regras de elegibilidade para aposentadoria dos servidores, não será necessário manter as taxas de alíquotas suplementares conforme o plano aqui proposto. Isto, pode fazer com que o Município não comprometa tanto o seu orçamento e não deixe de investir, principalmente, em Saúde e Educação ao longo dos anos. Destaca-se que quanto maior a antecedência para esta premissa, maior será o efeito em seu resultado.

Portanto, a partir do entendimento das variáveis deste relatório e quanto maior for a antecedência do Município em tomar as providências possíveis nas decisões para

entender os riscos em que está composto, menor tenderá a ser o custo para os segurados e para o Ente.

Mariana, 25/02/2026.

Leonardo Ferreira Stámo

ATUÁRIO – MIBA 3646

ANEXO 1: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A seguir estão descritos uma série de conceitos e definições inerentes ao relatório, a fim de subsidiar o acompanhamento da leitura e compreensão da presente Avaliação Atuarial.

- 1) **Alíquota de Contribuição Normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, anualmente, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios;
- 2) **Alíquota de Contribuição Suplementar:** percentual de contribuição, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do deficit atuarial;
- 3) **Análise de Sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial;
- 4) **Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento das despesas administrativas do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição de capitais de cobertura;
- 5) **Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969;
- 6) **Avaliação Atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a massa de segurados e beneficiários e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e

provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios;

- 7) **Bases Técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento, compreendendo, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos;
- 8) **Custo Normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;
- 9) **Custo Suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de deficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias;
- 10) **Data Focal da Avaliação Atuarial:** data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como os ativos garantidores, e na qual foram apurados o resultado e a situação atuarial do plano, sendo que nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro;
- 11) **Déficit Atuarial:** resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios;

- 12) **Deficit Financeiro:** valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro;
- 13) **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA:** documento exclusivo de cada RPPS, que demonstra, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial, elaborado conforme definido pela Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério do Trabalho e Previdência - MTP;
- 14) **Duração do Passivo:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses pagamentos;
- 15) **Equacionamento de Déficit Atuarial:** decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio dos planos de custeio e de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares;
- 16) **Equilíbrio Atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime;
- 17) **Equilíbrio Financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;
- 18) **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJM:** a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA;
- 19) **Evento Gerador do Benefício:** evento que gera o direito e torna o segurado ativo do RPPS, ou o seu dependente, e o segurado inativo elegíveis ao benefício;
- 20) **Fundo em Capitalização:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual,

pelo menos, as aposentadorias programadas e as pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias são estruturadas sob o regime financeiro de capitalização;

- 21) **Fundo em Repartição:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados e beneficiários filiados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos;
- 22) **Fluxo Atuarial:** discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual deficit ou superavit apurados da Avaliação Atuarial;
- 23) **Fundo para Oscilação de Riscos:** valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de anti-seleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência;
- 24) **Ganhos e Perdas Atuariais:** demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais;
- 25) **Método de Financiamento Atuarial:** metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das provisões necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados do RPPS;
- 26) **Nota Técnica Atuarial - NTA:** documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, que contém todas as formulações e expressões de cálculo utilizadas nas avaliações atuariais do regime, relativas às alíquotas de contribuição e encargos do plano de benefícios, às provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e aos fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes

à massa de segurados e beneficiários do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações;

- 27) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente;
- 28) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente;
- 29) Passivo Atuarial:** é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios;
- 30) Parecer Atuarial:** documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;
- 31) Paridade:** forma de revisão dos proventos de aposentadoria e das pensões por morte aos quais foi assegurada a aplicação dessa regra, que ocorrerá na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração ou subsídio dos segurados em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos segurados, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão de pensão por morte, desde que tenham natureza permanente e geral e sejam compatíveis com o regime jurídico dos segurados em atividade, na forma da lei;

- 32) Plano de Benefícios:** o conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitado às aposentadorias e pensões por morte;
- 33) Plano de Custeio de Equilíbrio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a sua administração, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial;
- 34) Plano de Custeio Vigente:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial;
- 35) Projeções Atuariais:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples, em caso de Fundo em Repartição e benefícios mantidos pelo Tesouro e taxa de administração;
- 36) Relatório da Avaliação Atuarial:** documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na NTA e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência;
- 37) Relatório de Análise das Hipóteses:** instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime e aos parâmetros gerais estabelecidos neste Anexo;
- 38) Regime Financeiro de Capitalização:** regime no qual o valor atual de todo o fluxo de contribuições normais e suplementares futuras acrescido ao patrimônio do plano é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo este considerado até sua extinção e para todos os benefícios cujo evento

gerador venha a ocorrer no período futuro dos fluxos, requerendo o regime, pelo menos, a constituição:

- a) de provisão matemática de benefícios a conceder até a data prevista para início do benefício, apurada de acordo com o método de financiamento estabelecido; e
- b) de provisão matemática de benefícios concedidos para cada benefício do plano a partir da data de sua concessão;

- 39) Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura:** regime no qual o valor atual de todo o fluxo de contribuições normais futuras de um único período é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, considerado até sua extinção, para os benefícios cujo evento gerador venha a ocorrer naquele único período, requerendo o regime, no mínimo, a constituição de provisão matemática de benefícios concedidos para cada benefício a partir da data de concessão do mesmo;
- 40) Regime Financeiro de Repartição Simples:** regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício;
- 41) Resultado Atuarial:** resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário, caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário;
- 42) Segregação da Massa:** a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição;
- 43) Serviço Passado:** parcela do passivo atuarial do segurado correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação financeira integral, e, para os beneficiários, à parcela do passivo atuarial relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para custear esses benefícios;

- 44) Sobrevida Média dos Beneficiários:** representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados e pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias;
- 45) Superávit Atuarial:** resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios;
- 46) Tábuas Biométricas:** instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, como sobrevivência, mortalidade, invalidez e morbidade;
- 47) Taxa Atuarial de Juros:** é a taxa anual utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios;
- 48) Taxa de Administração:** o valor financiado por meio de alíquota de contribuição, a ser somada às alíquotas de cobertura do custo normal do RPPS previstas em lei de cada ente, para custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização, administração e ao funcionamento do regime, inclusive para conservação de seu patrimônio, observados limites anuais de gastos e a sua manutenção de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios;
- 49) Taxa de Juros Parâmetro:** aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ, divulgado anualmente no Anexo VII desta Portaria, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios;
- 50) Valor Atual das Contribuições Futuras - VACF:** valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na NTA e os preceitos da Ciência Atuarial;
- 51) Valor Atual dos Benefícios Futuros - VABF:** valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na NTA e os preceitos da Ciência Atuarial;

- 52) **Viabilidade Financeira:** capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS;
- 53) **Viabilidade Fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- 54) **Viabilidade Orçamentária:** capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
- 55) **Às alíquotas ou contribuições normais** estão compreendidas as alíquotas ou contribuições normais do ente, dos segurados e beneficiários; e
- 56) **Às alíquotas ou contribuições suplementares** estão compreendidas as alíquotas ou contribuições suplementares do ente.

ANEXO 2: ESTATÍSTICAS

Servidores Ativos

A base de dados dos servidores ativos do Plano Previdenciário contemplou 2009 registros, um para cada servidor efetivo do Município de Mariana com a identificação (matrícula), data de nascimento, data de admissão no Ente, data de admissão no primeiro emprego, cargo, sexo, data de nascimento do cônjuge, data de nascimento do filho mais novo, número de filhos menores de 21 anos, número de filhos inválidos e valor do salário real de contribuição.

Quadro 22: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES ATIVOS

DISCRIMINAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Frequência	1.347	662	2.009
Idade Média	47	49	47
Idade Média Admissão	32	32	32
Idade Média Aposentadoria Projetada	56	61	57
Remuneração Média	R\$ 4.944,93	R\$ 4.778,37	R\$ 4.890,05
Remuneração Total	R\$ 6.660.824,01	R\$ 3.163.281,09	R\$ 9.824.105,10

O quadro a seguir apresenta o resumo dos dados dos servidores ativos segmentados entre professores e não-professores.

Conforme as regras atuais de concessão do benefício de aposentadoria, os servidores professores tem cinco anos de redução na idade e no tempo de contribuição para preenchimento dos requisitos mínimos.

Quadro 23: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES ATIVOS POR CARREIRA

DISCRIMINAÇÃO	PROFESSOR	NÃO PROFESSOR	TOTAL
Frequência	516	1.493	2.009
Idade Média	47	48	47
Idade Média Admissão	33	31	32
Idade Média Aposentadoria Projetada	54	58	57
Remuneração Média	R\$ 6.087,24	R\$ 4.476,28	R\$ 4.890,05
Remuneração Total	R\$ 3.141.014,64	R\$ 6.683.090,46	R\$ 9.824.105,10

Quadro 24: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E REMUNERAÇÃO

INTERVALO IDADE	FREQUÊNCIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA	REMUNERAÇÃO TOTAL
Ate 25	17	R\$ 3.621,63	R\$ 61.567,73

26 a 30	85	R\$ 4.281,42	R\$ 363.921,10
31 a 35	138	R\$ 3.864,98	R\$ 533.366,74
36 a 40	258	R\$ 4.673,28	R\$ 1.205.707,49
41 a 45	337	R\$ 4.885,06	R\$ 1.646.264,55
46 a 50	438	R\$ 5.798,36	R\$ 2.539.679,59
51 a 55	289	R\$ 5.079,00	R\$ 1.467.829,94
56 a 60	243	R\$ 4.626,72	R\$ 1.124.293,76
61 a 65	123	R\$ 4.386,04	R\$ 539.483,18
66 a 75	81	R\$ 4.222,11	R\$ 341.991,02
Acima de 75	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	2.009	R\$ 4.890,05	R\$ 9.824.105,10

Os dados relativos à admissão e tempo anterior, combinados com a idade, são os ingredientes para a definição de uma função vital no estudo em epígrafe, que é o tempo que falta para a aposentadoria.

Quadro 25: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DA IDADE DE ADMISSÃO

INTERVALO IDADE	QUANTITATIVO	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA ACUMULADA
Ate 25	543	27,03 %	27,03 %
26 a 30	466	23,20 %	50,22 %
31 a 35	392	19,51 %	69,74 %
36 a 40	304	15,13 %	84,87 %
41 a 45	148	7,37 %	92,23 %
46 a 50	96	4,78 %	97,01 %
51 a 55	38	1,89 %	98,90 %
56 a 60	16	0,80 %	99,70 %
61 a 65	6	0,30 %	100,00 %
66 a 75	0	0,00 %	100,00 %
Acima de 75	0	0,00 %	100,00 %
TOTAL	2.009	100,00 %	100,00 %

Quadro 26: DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DE APOSENTADORIA PROJETADA

INTERVALO IDADE	FEMININO	MASCULINO
Até 50	250	0
51 a 55	731	44
56 a 60	205	483
61 a 65	97	88
66 a 75	62	45
Acima de 75	2	2

TOTAL	1.347	662
--------------	--------------	------------

Aposentados

Os arquivos contemplaram as informações de 593 aposentados do Plano Previdenciário do IPREV. Cada um dos registros contendo a identificação (matrícula); sexo; data de nascimento; data de entrada no mercado de trabalho; data de vínculo ao Município; tipo de aposentadoria (Normal ou Invalidez); Salário Real de Benefício atual; Salário Real de Benefício na data da aposentadoria; data de nascimento do cônjuge, se houver; data de nascimento do filho mais novo, se houver; frequência dos filhos menores de 21 anos e data de nascimento do filho inválido, se houver.

Quadro 27: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS

DISCRIMINAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Frequência	483	110	593
Idade Mínima	46	42	42
Idade Média	63	67	63
Idade Máxima	82	80	82
Benefício Médio	R\$ 4.926,19	R\$ 3.237,85	R\$ 4.613,01
Benefício Total	R\$ 2.379.350,10	R\$ 356.163,79	R\$ 2.735.513,89

Quadro 28: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO - APOSENTADO

INTERVALO IDADE	FREQUÊNCIA	BENEFÍCIO MÉDIO	BENEFÍCIO TOTAL
Ate 50	12	R\$ 4.985,48	R\$ 59.825,81
51 a 55	78	R\$ 7.414,10	R\$ 578.299,69
56 a 60	115	R\$ 6.441,12	R\$ 740.729,27
61 a 65	151	R\$ 4.048,74	R\$ 611.360,06
66 a 70	134	R\$ 3.436,10	R\$ 460.437,09
71 a 75	74	R\$ 2.954,65	R\$ 218.644,05
76 a 80	27	R\$ 2.340,07	R\$ 63.181,92
81 a 85	2	R\$ 1.518,00	R\$ 3.036,00
86 a 90	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91 a 95	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Acima de 95	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	593	R\$ 4.613,01	R\$ 2.735.513,89

Pensionistas

O arquivo apresentou informações para 88 pensionistas distribuídos em grupos familiares, contemplando a identificação (matrícula) da (o) pensionista, data de início do

benefício, provento, sexo, data de nascimento da (o) pensionista, data nascimento do filho mais novo, número de filhos menores de 21 anos, data de admissão do servidor falecido na Prefeitura. Os resumos das informações sobre o conjunto de pensionistas do IPREV se encontram detalhados a seguir:

Quadro 29: RESUMO DOS DADOS DOS PENSIONISTAS

DISCRIMINAÇÃO	INSTITUIDOR	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Frequência	73	42	46	88
Idade Mínima		6	10	6
Idade Média		51	44	47
Idade Máxima		81	80	81
Benefício Médio		R\$ 1.959,94	R\$ 2.859,41	R\$ 2.430,12
Benefício Total		R\$ 82.317,64	R\$ 131.533,04	R\$ 213.850,68

Quadro 30: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO - PENSIONISTA

INTERVALO IDADE	FREQUÊNCIA	BENEFÍCIO MÉDIO	BENEFÍCIO TOTAL
0 a 18	23	R\$ 1.820,31	R\$ 41.867,20
19 a 25	3	R\$ 3.092,61	R\$ 9.277,84
26 a 30	1	R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00
31 a 35	1	R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00
36 a 40	1	R\$ 3.267,38	R\$ 3.267,38
41 a 45	4	R\$ 2.291,62	R\$ 9.166,46
46 a 50	6	R\$ 2.537,74	R\$ 15.226,46
51 a 55	8	R\$ 2.055,49	R\$ 16.443,89
56 a 60	6	R\$ 2.337,99	R\$ 14.027,91
61 a 65	8	R\$ 2.624,53	R\$ 20.996,26
66 a 70	13	R\$ 4.015,08	R\$ 52.196,07
71 a 75	8	R\$ 2.383,93	R\$ 19.071,46
Acima de 75	6	R\$ 1.545,63	R\$ 9.273,75
TOTAL	88	R\$ 2.430,12	R\$ 213.850,68



ANEXO 3: PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

Atendendo ao disposto na Lei 9.717, de 27/11/1998, Portaria 7.796 de 28/02/2000 e demais disposições legais, apresentamos os valores das Provisões Matemáticas, que devem ser consignadas no Balanço Patrimonial do IPREV, levantadas na data base 30/09/2025. Os valores apresentados foram determinados a partir da aplicação dos critérios estabelecidos na Nota Técnica Atuarial, sobre a população segurada.

Consta-se em perspectiva, a seguir, o método PUC e o método utilizado em Nota Técnica Atuarial pelo ente, para atender especialmente o exposto acima e ao item 4.3 deste Relatório.

Quadro 31: Registros Contábeis Das Provisões Matemáticas

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS			
NOME DO MUNICÍPIO: Mariana ESTADO: MG			
DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE SETEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025			
ATIVO			
CÓDIGO DA CONTA	NOME	VALORES PUC (R\$)	VALORES IEN (R\$)
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	0,00	0,00
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	737.474.952,24	737.474.952,24
ATIVO GARANTIDOR	VALOR TOTAL ATIVO GARANTIDOR	483.431.620,47	483.431.620,47
	Aplicações em Renda Fixa	473.252.050,69	473.252.050,69
	Aplicações em Renda Variável	3.409.903,18	3.409.903,18
	Aplicações no Exterior	6.678.333,13	6.678.333,13
	Demais bens direitos e ativos	91.333,47	91.333,47
1.1.3.6.2.02.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	0,00	0,00



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUN	0,00	0,00
1.2.1.1.2.06.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	0,00	0,00
1.2.1.1.2.06.04	Créd. Prev. do RPPS Parcelados – Patronal – Fundo em Capitalização – INTRA OFSS (P)	0,00	0,00
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	254.043.331,77	254.043.331,77
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	254.043.331,77	254.043.331,77
1.2.1.1.2.08.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00
PASSIVO			
2.2.7.2.1.00.00 (3) + (4) + (5)+ (6)+ (7)+ (8)+ (9)	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	1.324.591.087,73	1.355.582.693,02
PLANO FINANCEIRO			
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO - PRAZO INTRA OFSS	0,00	0,00

Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2.2.7.2.2.01.00	Fundo em repartição - Provisões de Benefícios Concedidos	0,00	0,00
2.2.7.2.2.01.01	(-) Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00	0,00
2.2.7.2.2.02.00	Fundo em repartição - Provisões de Benefícios a Conceder	0,00	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00	0,00
2.2.7.2.2.05.00	Obrigação Atual de Cobertura da Insuficiência Financeira – Fundo em Repartição (conta para registro no Ente)	0,00	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	500.310.103,24	500.310.103,24
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	546.928.127,69	546.928.127,69
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	7.930.027,75	7.930.027,75
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	69.566,13	69.566,13
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	38.618.430,57	38.618.430,57
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	824.280.984,49	855.272.589,78
2.2.7.2.1.04.01	(+)APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.183.133.956,49	1.183.133.956,49
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	181.909.587,64	130.575.368,97
2.2.7.2.1.04.03	(-)) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	117.786.686,53	138.129.299,91
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	59.156.697,83	59.156.697,83
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.3.6.2.1.00.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00	0,00

Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	0,00	0,00
2.3.6.2.1.04.00	Fundos Atuariais para Oscilação de Riscos – Fundo em Capitalização	0,00	0,00
2.3.6.2.1.04.01	FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS DOS BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	0,00	0,00
2.3.6.2.1.05.00	Fundos Atuariais para Oscilação de Riscos - Fundo em Repartição	0,00	0,00
SITUAÇÃO ATUARIAL			
	PLANO FINANCEIRO - SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) OU EQUILÍBRIO	0,00	0,00
	PLANO PREVIDENCIÁRIO - SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) OU EQUILÍBRIO	-587.116.135,49	-618.107.740,78

ANEXO 4: PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

Quadro 1: PROJEÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS DOZE MESES DE 2026

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS							
ATIVO							
CÓDIGO DA CONTA	NOME	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	737.474.952,24	740.772.718,17	744.085.230,72	747.412.555,83	750.754.759,73	754.111.908,96
ATIVO GARANTIDOR	VALOR TOTAL ATIVO GARANTIDOR	483.431.620,47	485.593.381,12	487.764.808,50	489.945.945,86	492.136.836,61	494.337.524,36
	Aplicações em Renda Fixa	473.252.050,69	475.368.291,36	477.493.995,23	479.629.204,60	481.773.961,99	483.928.310,08
	Aplicações em Renda Variável	3.409.903,18	3.425.151,24	3.440.467,49	3.455.852,22	3.471.305,75	3.486.828,38
	Aplicações no Exterior	6.678.333,13	6.708.196,62	6.738.193,66	6.768.324,83	6.798.590,74	6.828.992,00
	Demais bens direitos e ativos	91.333,47	91.741,89	92.152,13	92.564,20	92.978,12	93.393,89
1.1.3.6.2.02.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.06.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.06.04	Créd. Prev. do RPPS Parcelados – Patronal – Fundo em Capitalização – INTRA OFSS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	254.043.331,77	255.179.337,06	256.320.422,22	257.466.609,97	258.617.923,12	259.774.384,61
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	254.043.331,77	255.179.337,06	256.320.422,22	257.466.609,97	258.617.923,12	259.774.384,61
1.2.1.1.2.08.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

PASSIVO							
2.2.7.2.1.00.00 (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	1.355.582.693,02	1.361.644.450,6 6	1.367.733.314,6 5	1.373.849.406,2 0	1.379.992.847,0 8	1.386.163.759,5 8
PLANO FINANCEIRO							
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO - PRAZO INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.01.00	Fundo em repartição - Provisões de Benefícios Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.01.01	(-) Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.02.00	Fundo em repartição - Provisões de Benefícios a Conceder	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2.2.7.2.2.05.00	Obrigação Atual de Cobertura da Insuficiência Financeira – Fundo em Repartição (conta para registro no Ente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO							
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	500.310.103,24	502.547.339,38	504.794.579,76	507.051.869,13	509.319.252,41	511.596.774,75
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	546.928.127,69	549.373.825,60	551.830.459,93	554.298.079,59	556.776.733,70	559.266.471,61
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	7.930.027,75	7.965.488,45	8.001.107,71	8.036.886,26	8.072.824,79	8.108.924,03
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	69.566,13	69.877,21	70.189,68	70.503,55	70.818,82	71.135,50
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	38.618.430,57	38.791.120,56	38.964.582,77	39.138.820,66	39.313.837,68	39.489.637,32
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	855.272.589,78	859.097.111,28	862.938.734,88	866.797.537,08	870.673.594,67	874.566.984,82
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.183.133.956,49	1.188.424.575,30	1.193.738.852,17	1.199.076.892,88	1.204.438.803,70	1.209.824.691,37
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	130.575.368,97	131.159.262,70	131.745.767,43	132.334.894,84	132.926.656,64	133.521.064,63
2.2.7.2.1.04.03	(-)) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	138.129.299,91	138.746.972,55	139.367.407,23	139.990.616,31	140.616.612,20	141.245.407,35
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	59.156.697,83	59.421.228,77	59.686.942,61	59.953.844,65	60.221.940,19	60.491.234,57
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.00.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.04.00	Fundos Atuariais para Oscilação de Riscos – Fundo em Capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2.3.6.2.1.04.01	FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS DOS BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.05.00	Fundos Atuariais para Oscilação de Riscos - Fundo em Repartição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO ATUARIAL							
	PLANO FINANCEIRO - SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) OU EQUILÍBRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLANO PREVIDENCIÁRIO - SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) OU EQUILÍBRIO	-618.107.740,78	-620.871.732,48	-623.648.083,93	-626.436.850,38	-629.238.087,35	-632.051.850,61
ATIVO							
CÓDIGO DA CONTA	NOME	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	757.484.070,36	760.871.311,04	764.273.698,44	767.691.300,30	771.124.184,64	774.572.419,81
ATIVO GARANTIDOR	VALOR TOTAL ATIVO GARANTIDOR	496.548.052,92	498.768.466,30	500.998.808,70	503.239.124,52	505.489.458,36	507.749.855,02
	Aplicações em Renda Fixa	486.092.291,77	488.265.950,14	490.449.328,45	492.642.470,17	494.845.418,97	497.058.218,68
	Aplicações em Renda Variável	3.502.420,43	3.518.082,20	3.533.814,01	3.549.616,16	3.565.488,97	3.581.432,77
	Aplicações no Exterior	6.859.529,19	6.890.202,94	6.921.013,85	6.951.962,54	6.983.049,63	7.014.275,72
	Demais bens direitos e ativos	93.811,52	94.231,02	94.652,39	95.075,65	95.500,80	95.927,85
1.1.3.6.2.02.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.06.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.06.04	Créd. Prev. do RPPS Parcelados – Patronal – Fundo em Capitalização – INTRA OFSS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	260.936.017,44	262.102.844,74	263.274.889,74	264.452.175,77	265.634.726,28	266.822.564,79



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	260.936.017,44	262.102.844,74	263.274.889,74	264.452.175,77	265.634.726,28	266.822.564,79
1.2.1.1.2.08.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO							
2.2.7.2.1.00.00 (3) + (4) + (5)+ (6)+ (7)+ (8)+ (9)	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	1.392.362.266,53	1.398.588.491,3 5	1.404.842.557,9 6	1.411.124.590,8 8	1.417.434.715,1 6	1.423.773.056,4 2
PLANO FINANCEIRO							
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO - PRAZO INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.01.00	Fundo em repartição - Provisões de Benefícios Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2.2.7.2.2.01.01	(-) Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.02.00	Fundo em repartição - Provisões de Benefícios a Conceder	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.2.05.00	Obrigação Atual de Cobertura da Insuficiência Financeira – Fundo em Repartição (conta para registro no Ente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO							
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	513.884.481,49	516.182.418,16	518.490.630,51	520.809.164,49	523.138.066,26	525.477.382,17
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	561.767.342,87	564.279.397,28	566.802.684,84	569.337.255,78	571.883.160,56	574.440.449,86
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	8.145.184,70	8.181.607,51	8.218.193,20	8.254.942,48	8.291.856,10	8.328.934,79
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	71.453,59	71.773,11	72.094,06	72.416,44	72.740,27	73.065,54
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	39.666.223,09	39.843.598,50	40.021.767,07	40.200.732,36	40.380.497,93	40.561.067,36
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	878.477.785,05	882.406.073,19	886.351.927,46	890.315.426,39	894.296.648,91	898.295.674,25
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.215.234.663,11	1.220.668.826,62	1.226.127.290,06	1.231.610.162,12	1.237.117.551,92	1.242.649.569,12
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	134.118.130,62	134.717.866,52	135.320.284,26	135.925.395,82	136.533.213,26	137.143.748,68
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	141.877.014,28	142.511.445,57	143.148.713,84	143.788.831,79	144.431.812,15	145.077.667,73
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	60.761.733,16	61.033.441,34	61.306.364,51	61.580.508,11	61.855.877,60	62.132.478,46
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.00.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.04.00	Fundos Atuariais para Oscilação de Riscos – Fundo em Capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.04.01	FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS DOS BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.6.2.1.05.00	Fundos Atuariais para Oscilação de Riscos - Fundo em Repartição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO ATUARIAL							
	PLANO FINANCEIRO - SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) OU EQUILÍBRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLANO PREVIDENCIÁRIO - SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) OU EQUILÍBRIO	-634.878.196,18	-637.717.180,31	-640.568.859,52	-643.433.290,59	-646.310.530,52	-649.200.636,61

ANEXO 5: RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

Neste anexo, encontram-se as projeções atuariais contendo os valores estimados, considerando o plano de custeio vigente na data base desta Avaliação Atuarial, bem com as premissas e hipóteses apresentadas anteriormente, das despesas com benefícios e das receitas das contribuições do IPREV. Além disso, também projetou-se o número de novos servidores, aposentados e pensionistas, bem como o número de óbitos esperados e o número esperado de exonerados para o período de 75 anos.

Quadro 32: RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

EXERCÍCIO	NOVOS APOSENTADOS	NOVOS PENSIONISTAS	Nº DE ÓBITOS ESPERADOS	NOVOS SERVIDORES	Nº ESPERADO DE EXONERADOS	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
2026	508	28	20	508	0	R\$ 47.382.223,37	R\$ 38.615.531,34
2027	70	30	22	76	0	R\$ 49.062.653,67	R\$ 71.816.125,73
2028	69	32	24	76	0	R\$ 48.931.957,10	R\$ 76.979.753,54
2029	67	33	25	75	0	R\$ 48.840.433,00	R\$ 81.961.415,37
2030	68	35	27	77	0	R\$ 48.809.049,24	R\$ 86.808.321,76
2031	46	36	29	56	0	R\$ 49.520.697,80	R\$ 91.497.050,43
2032	63	36	30	74	0	R\$ 49.669.599,47	R\$ 94.118.222,88
2033	114	38	32	126	0	R\$ 48.640.105,85	R\$ 97.853.618,96
2034	114	39	34	128	0	R\$ 47.907.444,69	R\$ 104.811.228,09
2035	80	40	35	96	0	R\$ 47.966.823,62	R\$ 111.496.109,54
2036	77	40	37	94	0	R\$ 47.849.921,29	R\$ 116.055.021,84
2037	68	43	40	87	0	R\$ 48.192.093,86	R\$ 120.749.062,67
2038	64	43	41	85	0	R\$ 48.434.047,40	R\$ 124.087.855,69
2039	56	46	44	78	0	R\$ 48.732.558,03	R\$ 127.175.196,95
2040	62	46	45	86	0	R\$ 48.959.494,52	R\$ 130.001.671,72
2041	49	49	48	75	0	R\$ 49.491.300,12	R\$ 132.894.655,09
2042	54	50	49	82	0	R\$ 49.811.299,25	R\$ 134.767.868,42
2043	49	52	51	78	0	R\$ 50.567.663,86	R\$ 136.915.178,50
2044	48	52	52	79	0	R\$ 51.098.920,97	R\$ 137.781.937,86
2045	40	54	54	73	0	R\$ 51.758.803,53	R\$ 138.688.707,81
2046	37	55	55	72	0	R\$ 14.505.316,85	R\$ 139.136.728,94
2047	29	57	57	66	0	R\$ 13.852.671,66	R\$ 139.064.774,66
2048	32	58	58	70	0	R\$ 13.102.831,78	R\$ 138.071.928,23
2049	25	59	59	65	0	R\$ 12.358.768,46	R\$ 136.873.242,03
2050	26	60	60	68	0	R\$ 11.633.072,43	R\$ 135.315.069,55
2051	22	61	61	65	0	R\$ 11.003.150,56	R\$ 133.438.941,42
2052	18	62	62	63	0	R\$ 10.376.773,28	R\$ 131.003.296,32
2053	9	62	62	55	0	R\$ 10.009.585,73	R\$ 128.143.394,76



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2054	16	53	62	63	0	R\$ 9.400.721,43	R\$ 124.258.900,33
2055	8	48	62	56	0	R\$ 8.947.846,54	R\$ 120.636.598,05
2056	9	49	62	58	0	R\$ 8.459.376,53	R\$ 116.408.940,25
2057	7	50	62	57	0	R\$ 8.007.225,30	R\$ 111.992.087,49
2058	0	50	61	50	0	R\$ 7.680.360,68	R\$ 107.261.091,71
2059	2	50	60	52	0	R\$ 7.278.870,99	R\$ 101.991.362,47
2060	3	51	60	54	0	R\$ 6.851.993,33	R\$ 96.740.972,51
2061	0	51	59	51	0	R\$ 6.484.572,67	R\$ 91.473.957,40
2062	0	50	57	50	0	R\$ 6.101.194,40	R\$ 85.981.374,37
2063	0	50	56	50	0	R\$ 5.712.536,06	R\$ 80.474.008,81
2064	0	49	55	49	0	R\$ 5.320.819,48	R\$ 74.983.973,14
2065	0	48	53	48	0	R\$ 4.928.897,92	R\$ 69.545.295,23
2066	0	47	51	47	0	R\$ 4.540.734,85	R\$ 64.199.485,42
2067	0	46	49	46	0	R\$ 4.159.417,80	R\$ 58.983.129,90
2068	0	44	47	44	0	R\$ 3.789.036,97	R\$ 53.934.446,23
2069	0	43	45	43	0	R\$ 3.432.042,31	R\$ 49.084.464,05
2070	0	41	43	41	0	R\$ 3.090.720,83	R\$ 44.455.480,47
2071	0	39	41	39	0	R\$ 2.766.492,11	R\$ 40.064.318,06
2072	0	37	38	37	0	R\$ 2.460.554,84	R\$ 35.920.541,23
2073	0	35	36	35	0	R\$ 2.176.444,26	R\$ 32.081.155,54
2074	0	32	33	32	0	R\$ 1.909.778,29	R\$ 28.447.928,98
2075	0	30	30	30	0	R\$ 1.668.629,94	R\$ 25.135.796,14
2076	0	28	28	28	0	R\$ 1.445.759,94	R\$ 22.070.241,46
2077	0	26	26	26	0	R\$ 1.243.062,20	R\$ 19.272.431,90
2078	0	24	24	24	0	R\$ 1.064.342,06	R\$ 16.765.509,68
2079	0	22	22	22	0	R\$ 904.192,64	R\$ 14.480.488,26
2080	0	19	19	19	0	R\$ 763.895,28	R\$ 12.442.733,91
2081	0	17	17	17	0	R\$ 645.577,72	R\$ 10.689.118,66
2082	0	16	16	16	0	R\$ 539.215,01	R\$ 9.070.383,44
2083	0	14	14	14	0	R\$ 449.936,26	R\$ 7.683.597,17
2084	0	12	12	12	0	R\$ 377.158,04	R\$ 6.515.567,92
2085	0	11	11	11	0	R\$ 312.137,78	R\$ 5.447.334,10
2086	0	9	9	9	0	R\$ 258.913,89	R\$ 4.550.850,57
2087	0	8	8	8	0	R\$ 215.950,99	R\$ 3.801.578,12
2088	0	7	7	7	0	R\$ 176.534,33	R\$ 3.130.453,68
2089	0	6	6	6	0	R\$ 145.116,32	R\$ 2.576.647,70
2090	0	5	5	5	0	R\$ 117.773,34	R\$ 2.098.315,61
2091	0	0	4	4	0	R\$ 95.117,52	R\$ 1.695.854,58
2092	0	0	3	3	0	R\$ 82.379,87	R\$ 1.440.752,07
2093	0	0	3	3	0	R\$ 62.531,59	R\$ 1.112.791,32
2094	0	0	2	2	0	R\$ 48.186,39	R\$ 853.507,65
2095	0	0	2	2	0	R\$ 37.648,79	R\$ 665.401,27





Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2096	0	0	1	1	0	R\$ 29.304,50	R\$ 516.023,19
2097	0	0	1	1	0	R\$ 22.192,58	R\$ 388.127,77
2098	0	0	1	1	0	R\$ 16.742,48	R\$ 290.641,01
2099	0	0	1	1	0	R\$ 12.502,62	R\$ 214.850,88
2100	0	0	0	0	0	R\$ 9.260,62	R\$ 156.840,38



ANEXO 6: PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 165, que o Poder Executivo publicará, bimestralmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que busca dar transparência à gestão fiscal. Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal regulamentou a elaboração do RREO para consolidar os dados da execução orçamentária e financeira dos órgãos da administração direta de todos os Poderes e das entidades da administração indireta.

Demonstrar-se-á, primeiramente, as projeções atuariais pelo método PUC para fins de evidenciação contábil, conforme o item 59 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público 15 (NBC TSP 15) – Benefícios a Empregados c/c item 51 da Instrução de Procedimentos Contábeis 14 (IPC 14) e 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). E, logo em seguida, a partir do Método Financeiro utilizado pelo Ente.

Quadro 33: PROJEÇÃO ATUARIAL – RREO - Método PUC-e

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2025	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 483.431.620,47
2026	R\$ 63.811.611,76	R\$ 38.615.531,34	R\$ 25.196.080,41	R\$ 508.627.700,88
2027	R\$ 50.336.282,74	R\$ 71.816.125,74	R\$ -21.479.843,00	R\$ 487.147.857,88
2028	R\$ 50.319.523,35	R\$ 76.979.753,55	R\$ -26.660.230,19	R\$ 460.487.627,69
2029	R\$ 50.640.868,31	R\$ 81.961.415,37	R\$ -31.320.547,06	R\$ 429.167.080,62
2030	R\$ 50.785.322,93	R\$ 86.808.321,77	R\$ -36.022.998,83	R\$ 393.144.081,79
2031	R\$ 51.105.026,69	R\$ 91.497.050,44	R\$ -40.392.023,75	R\$ 352.752.058,04
2032	R\$ 52.472.889,71	R\$ 94.118.222,88	R\$ -41.645.333,17	R\$ 311.106.724,87
2033	R\$ 53.371.276,08	R\$ 97.853.618,97	R\$ -44.482.342,88	R\$ 266.624.381,98
2034	R\$ 51.467.523,34	R\$ 104.811.228,09	R\$ -53.343.704,75	R\$ 213.280.677,23
2035	R\$ 48.967.362,22	R\$ 111.496.109,55	R\$ -62.528.747,33	R\$ 150.751.929,90
2036	R\$ 48.525.806,42	R\$ 116.055.021,84	R\$ -67.529.215,42	R\$ 83.222.714,48
2037	R\$ 48.236.626,22	R\$ 120.749.062,67	R\$ -72.512.436,45	R\$ 10.710.278,02
2038	R\$ 48.500.470,19	R\$ 124.087.855,70	R\$ -75.587.385,50	R\$ -64.877.107,48
2039	R\$ 48.712.607,81	R\$ 127.175.196,95	R\$ -78.462.589,14	R\$ -143.339.696,62
2040	R\$ 49.103.229,63	R\$ 130.001.671,72	R\$ -80.898.442,09	R\$ -224.238.138,71
2041	R\$ 49.444.866,34	R\$ 132.894.655,09	R\$ -83.449.788,76	R\$ -307.687.927,47

2042	R\$ 49.962.818,34	R\$ 134.767.868,43	R\$ -84.805.050,09	R\$ -392.492.977,55
2043	R\$ 50.483.151,16	R\$ 136.915.178,50	R\$ -86.432.027,35	R\$ -478.925.004,90
2044	R\$ 51.283.147,11	R\$ 137.781.937,87	R\$ -86.498.790,76	R\$ -565.423.795,66
2045	R\$ 51.949.816,13	R\$ 138.688.707,81	R\$ -86.738.891,68	R\$ -652.162.687,34
2046	R\$ 14.772.684,38	R\$ 139.136.728,95	R\$ -124.364.044,57	R\$ -776.526.731,91
2047	R\$ 13.957.613,71	R\$ 139.064.774,66	R\$ -125.107.160,95	R\$ -901.633.892,86
2048	R\$ 13.296.664,67	R\$ 138.071.928,24	R\$ -124.775.263,56	R\$ -1.026.409.156,43
2049	R\$ 12.643.697,37	R\$ 136.873.242,04	R\$ -124.229.544,66	R\$ -1.150.638.701,09
2050	R\$ 11.943.576,27	R\$ 135.315.069,55	R\$ -123.371.493,28	R\$ -1.274.010.194,37
2051	R\$ 11.250.098,79	R\$ 133.438.941,42	R\$ -122.188.842,63	R\$ -1.396.199.037,00
2052	R\$ 10.602.434,03	R\$ 131.003.296,32	R\$ -120.400.862,29	R\$ -1.516.599.899,29
2053	R\$ 9.992.641,45	R\$ 128.143.394,77	R\$ -118.150.753,32	R\$ -1.634.750.652,61
2054	R\$ 9.611.172,60	R\$ 124.258.900,34	R\$ -114.647.727,73	R\$ -1.749.398.380,35
2055	R\$ 9.032.179,80	R\$ 120.636.598,06	R\$ -111.604.418,26	R\$ -1.861.002.798,60
2056	R\$ 8.585.722,07	R\$ 116.408.940,26	R\$ -107.823.218,19	R\$ -1.968.826.016,79
2057	R\$ 8.101.281,03	R\$ 111.992.087,50	R\$ -103.890.806,47	R\$ -2.072.716.823,26
2058	R\$ 7.653.599,37	R\$ 107.261.091,71	R\$ -99.607.492,34	R\$ -2.172.324.315,60
2059	R\$ 7.300.266,77	R\$ 101.991.362,48	R\$ -94.691.095,71	R\$ -2.267.015.411,31
2060	R\$ 6.904.420,22	R\$ 96.740.972,52	R\$ -89.836.552,30	R\$ -2.356.851.963,60
2061	R\$ 6.484.572,67	R\$ 91.473.957,40	R\$ -84.989.384,73	R\$ -2.441.841.348,33
2062	R\$ 6.101.194,40	R\$ 85.981.374,38	R\$ -79.880.179,98	R\$ -2.521.721.528,31
2063	R\$ 5.712.536,07	R\$ 80.474.008,81	R\$ -74.761.472,75	R\$ -2.596.483.001,06
2064	R\$ 5.320.819,48	R\$ 74.983.973,14	R\$ -69.663.153,66	R\$ -2.666.146.154,72
2065	R\$ 4.928.897,93	R\$ 69.545.295,24	R\$ -64.616.397,31	R\$ -2.730.762.552,02
2066	R\$ 4.540.734,86	R\$ 64.199.485,42	R\$ -59.658.750,57	R\$ -2.790.421.302,59
2067	R\$ 4.159.417,80	R\$ 58.983.129,90	R\$ -54.823.712,10	R\$ -2.845.245.014,69
2068	R\$ 3.789.036,97	R\$ 53.934.446,23	R\$ -50.145.409,26	R\$ -2.895.390.423,95
2069	R\$ 3.432.042,32	R\$ 49.084.464,05	R\$ -45.652.421,73	R\$ -2.941.042.845,69
2070	R\$ 3.090.720,84	R\$ 44.455.480,48	R\$ -41.364.759,64	R\$ -2.982.407.605,33
2071	R\$ 2.766.492,12	R\$ 40.064.318,07	R\$ -37.297.825,95	R\$ -3.019.705.431,28
2072	R\$ 2.460.554,85	R\$ 35.920.541,23	R\$ -33.459.986,39	R\$ -3.053.165.417,67
2073	R\$ 2.176.444,26	R\$ 32.081.155,54	R\$ -29.904.711,28	R\$ -3.083.070.128,95
2074	R\$ 1.909.778,30	R\$ 28.447.928,99	R\$ -26.538.150,69	R\$ -3.109.608.279,64
2075	R\$ 1.668.629,95	R\$ 25.135.796,15	R\$ -23.467.166,20	R\$ -3.133.075.445,83
2076	R\$ 1.445.759,95	R\$ 22.070.241,46	R\$ -20.624.481,52	R\$ -3.153.699.927,35
2077	R\$ 1.243.062,20	R\$ 19.272.431,90	R\$ -18.029.369,70	R\$ -3.171.729.297,05
2078	R\$ 1.064.342,06	R\$ 16.765.509,69	R\$ -15.701.167,62	R\$ -3.187.430.464,67
2079	R\$ 904.192,65	R\$ 14.480.488,27	R\$ -13.576.295,62	R\$ -3.201.006.760,29
2080	R\$ 763.895,28	R\$ 12.442.733,92	R\$ -11.678.838,64	R\$ -3.212.685.598,93

2081	R\$ 645.577,73	R\$ 10.689.118,67	R\$ -10.043.540,94	R\$ -3.222.729.139,87
2082	R\$ 539.215,02	R\$ 9.070.383,45	R\$ -8.531.168,43	R\$ -3.231.260.308,29
2083	R\$ 449.936,27	R\$ 7.683.597,17	R\$ -7.233.660,91	R\$ -3.238.493.969,20
2084	R\$ 377.158,05	R\$ 6.515.567,93	R\$ -6.138.409,88	R\$ -3.244.632.379,08
2085	R\$ 312.137,79	R\$ 5.447.334,11	R\$ -5.135.196,32	R\$ -3.249.767.575,40
2086	R\$ 258.913,89	R\$ 4.550.850,57	R\$ -4.291.936,68	R\$ -3.254.059.512,08
2087	R\$ 215.951,00	R\$ 3.801.578,13	R\$ -3.585.627,13	R\$ -3.257.645.139,21
2088	R\$ 176.534,34	R\$ 3.130.453,68	R\$ -2.953.919,35	R\$ -3.260.599.058,56
2089	R\$ 145.116,32	R\$ 2.576.647,70	R\$ -2.431.531,38	R\$ -3.263.030.589,94
2090	R\$ 117.773,35	R\$ 2.098.315,61	R\$ -1.980.542,27	R\$ -3.265.011.132,21
2091	R\$ 95.117,53	R\$ 1.695.854,59	R\$ -1.600.737,06	R\$ -3.266.611.869,27
2092	R\$ 82.379,87	R\$ 1.440.752,08	R\$ -1.358.372,20	R\$ -3.267.970.241,47
2093	R\$ 62.531,60	R\$ 1.112.791,33	R\$ -1.050.259,73	R\$ -3.269.020.501,20
2094	R\$ 48.186,39	R\$ 853.507,66	R\$ -805.321,27	R\$ -3.269.825.822,47
2095	R\$ 37.648,79	R\$ 665.401,28	R\$ -627.752,49	R\$ -3.270.453.574,95
2096	R\$ 29.304,50	R\$ 516.023,20	R\$ -486.718,70	R\$ -3.270.940.293,65
2097	R\$ 22.192,59	R\$ 388.127,78	R\$ -365.935,19	R\$ -3.271.306.228,84
2098	R\$ 16.742,48	R\$ 290.641,01	R\$ -273.898,53	R\$ -3.271.580.127,37
2099	R\$ 12.502,63	R\$ 214.850,88	R\$ -202.348,26	R\$ -3.271.782.475,62
2100	R\$ 9.260,62	R\$ 156.840,39	R\$ -147.579,76	R\$ -3.271.930.055,39

Quadro 34: PROJEÇÃO ATUARIAL – RREO - Método IEN

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2025	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 483.431.620,47
2026	R\$ 47.382.223,38	R\$ 38.615.531,34	R\$ 8.766.692,03	R\$ 492.198.312,50
2027	R\$ 49.062.653,67	R\$ 71.816.125,74	R\$ -22.753.472,06	R\$ 469.444.840,44
2028	R\$ 48.931.957,11	R\$ 76.979.753,55	R\$ -28.047.796,44	R\$ 441.397.044,00
2029	R\$ 48.840.433,00	R\$ 81.961.415,37	R\$ -33.120.982,37	R\$ 408.276.061,63
2030	R\$ 48.809.049,24	R\$ 86.808.321,77	R\$ -37.999.272,53	R\$ 370.276.789,10
2031	R\$ 49.520.697,80	R\$ 91.497.050,44	R\$ -41.976.352,64	R\$ 328.300.436,46
2032	R\$ 49.669.599,48	R\$ 94.118.222,88	R\$ -44.448.623,40	R\$ 283.851.813,06
2033	R\$ 48.640.105,85	R\$ 97.853.618,97	R\$ -49.213.513,11	R\$ 234.638.299,95
2034	R\$ 47.907.444,69	R\$ 104.811.228,09	R\$ -56.903.783,40	R\$ 177.734.516,55
2035	R\$ 47.966.823,63	R\$ 111.496.109,55	R\$ -63.529.285,92	R\$ 114.205.230,63
2036	R\$ 47.849.921,30	R\$ 116.055.021,84	R\$ -68.205.100,55	R\$ 46.000.130,08
2037	R\$ 48.192.093,87	R\$ 120.749.062,67	R\$ -72.556.968,80	R\$ -26.556.838,72
2038	R\$ 48.434.047,40	R\$ 124.087.855,70	R\$ -75.653.808,29	R\$ -102.210.647,02
2039	R\$ 48.732.558,04	R\$ 127.175.196,95	R\$ -78.442.638,92	R\$ -180.653.285,93



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2040	R\$ 48.959.494,53	R\$ 130.001.671,72	R\$ -81.042.177,19	R\$ -261.695.463,12
2041	R\$ 49.491.300,13	R\$ 132.894.655,09	R\$ -83.403.354,97	R\$ -345.098.818,09
2042	R\$ 49.811.299,26	R\$ 134.767.868,43	R\$ -84.956.569,17	R\$ -430.055.387,26
2043	R\$ 50.567.663,86	R\$ 136.915.178,50	R\$ -86.347.514,64	R\$ -516.402.901,90
2044	R\$ 51.098.920,97	R\$ 137.781.937,87	R\$ -86.683.016,90	R\$ -603.085.918,80
2045	R\$ 51.758.803,54	R\$ 138.688.707,81	R\$ -86.929.904,28	R\$ -690.015.823,07
2046	R\$ 14.505.316,86	R\$ 139.136.728,95	R\$ -124.631.412,09	R\$ -814.647.235,16
2047	R\$ 13.852.671,67	R\$ 139.064.774,66	R\$ -125.212.103,00	R\$ -939.859.338,16
2048	R\$ 13.102.831,78	R\$ 138.071.928,24	R\$ -124.969.096,45	R\$ -1.064.828.434,61
2049	R\$ 12.358.768,46	R\$ 136.873.242,04	R\$ -124.514.473,57	R\$ -1.189.342.908,19
2050	R\$ 11.633.072,44	R\$ 135.315.069,55	R\$ -123.681.997,11	R\$ -1.313.024.905,30
2051	R\$ 11.003.150,57	R\$ 133.438.941,42	R\$ -122.435.790,85	R\$ -1.435.460.696,15
2052	R\$ 10.376.773,29	R\$ 131.003.296,32	R\$ -120.626.523,04	R\$ -1.556.087.219,19
2053	R\$ 10.009.585,74	R\$ 128.143.394,77	R\$ -118.133.809,03	R\$ -1.674.221.028,22
2054	R\$ 9.400.721,43	R\$ 124.258.900,34	R\$ -114.858.178,90	R\$ -1.789.079.207,12
2055	R\$ 8.947.846,55	R\$ 120.636.598,06	R\$ -111.688.751,51	R\$ -1.900.767.958,63
2056	R\$ 8.459.376,54	R\$ 116.408.940,26	R\$ -107.949.563,72	R\$ -2.008.717.522,35
2057	R\$ 8.007.225,31	R\$ 111.992.087,50	R\$ -103.984.862,19	R\$ -2.112.702.384,54
2058	R\$ 7.680.360,68	R\$ 107.261.091,71	R\$ -99.580.731,03	R\$ -2.212.283.115,57
2059	R\$ 7.278.870,99	R\$ 101.991.362,48	R\$ -94.712.491,49	R\$ -2.306.995.607,06
2060	R\$ 6.851.993,34	R\$ 96.740.972,52	R\$ -89.888.979,18	R\$ -2.396.884.586,23
2061	R\$ 6.484.572,67	R\$ 91.473.957,40	R\$ -84.989.384,73	R\$ -2.481.873.970,97
2062	R\$ 6.101.194,40	R\$ 85.981.374,38	R\$ -79.880.179,98	R\$ -2.561.754.150,94
2063	R\$ 5.712.536,07	R\$ 80.474.008,81	R\$ -74.761.472,75	R\$ -2.636.515.623,69
2064	R\$ 5.320.819,48	R\$ 74.983.973,14	R\$ -69.663.153,66	R\$ -2.706.178.777,35
2065	R\$ 4.928.897,93	R\$ 69.545.295,24	R\$ -64.616.397,31	R\$ -2.770.795.174,65
2066	R\$ 4.540.734,86	R\$ 64.199.485,42	R\$ -59.658.750,57	R\$ -2.830.453.925,22
2067	R\$ 4.159.417,80	R\$ 58.983.129,90	R\$ -54.823.712,10	R\$ -2.885.277.637,33
2068	R\$ 3.789.036,97	R\$ 53.934.446,23	R\$ -50.145.409,26	R\$ -2.935.423.046,58
2069	R\$ 3.432.042,32	R\$ 49.084.464,05	R\$ -45.652.421,73	R\$ -2.981.075.468,32
2070	R\$ 3.090.720,84	R\$ 44.455.480,48	R\$ -41.364.759,64	R\$ -3.022.440.227,96
2071	R\$ 2.766.492,12	R\$ 40.064.318,07	R\$ -37.297.825,95	R\$ -3.059.738.053,91
2072	R\$ 2.460.554,85	R\$ 35.920.541,23	R\$ -33.459.986,39	R\$ -3.093.198.040,30
2073	R\$ 2.176.444,26	R\$ 32.081.155,54	R\$ -29.904.711,28	R\$ -3.123.102.751,58
2074	R\$ 1.909.778,30	R\$ 28.447.928,99	R\$ -26.538.150,69	R\$ -3.149.640.902,27
2075	R\$ 1.668.629,95	R\$ 25.135.796,15	R\$ -23.467.166,20	R\$ -3.173.108.068,46
2076	R\$ 1.445.759,95	R\$ 22.070.241,46	R\$ -20.624.481,52	R\$ -3.193.732.549,98
2077	R\$ 1.243.062,20	R\$ 19.272.431,90	R\$ -18.029.369,70	R\$ -3.211.761.919,68
2078	R\$ 1.064.342,06	R\$ 16.765.509,69	R\$ -15.701.167,62	R\$ -3.227.463.087,30





Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2079	R\$ 904.192,65	R\$ 14.480.488,27	R\$ -13.576.295,62	R\$ -3.241.039.382,92
2080	R\$ 763.895,28	R\$ 12.442.733,92	R\$ -11.678.838,64	R\$ -3.252.718.221,56
2081	R\$ 645.577,73	R\$ 10.689.118,67	R\$ -10.043.540,94	R\$ -3.262.761.762,50
2082	R\$ 539.215,02	R\$ 9.070.383,45	R\$ -8.531.168,43	R\$ -3.271.292.930,92
2083	R\$ 449.936,27	R\$ 7.683.597,17	R\$ -7.233.660,91	R\$ -3.278.526.591,83
2084	R\$ 377.158,05	R\$ 6.515.567,93	R\$ -6.138.409,88	R\$ -3.284.665.001,71
2085	R\$ 312.137,79	R\$ 5.447.334,11	R\$ -5.135.196,32	R\$ -3.289.800.198,03
2086	R\$ 258.913,89	R\$ 4.550.850,57	R\$ -4.291.936,68	R\$ -3.294.092.134,71
2087	R\$ 215.951,00	R\$ 3.801.578,13	R\$ -3.585.627,13	R\$ -3.297.677.761,84
2088	R\$ 176.534,34	R\$ 3.130.453,68	R\$ -2.953.919,35	R\$ -3.300.631.681,19
2089	R\$ 145.116,32	R\$ 2.576.647,70	R\$ -2.431.531,38	R\$ -3.303.063.212,57
2090	R\$ 117.773,35	R\$ 2.098.315,61	R\$ -1.980.542,27	R\$ -3.305.043.754,84
2091	R\$ 95.117,53	R\$ 1.695.854,59	R\$ -1.600.737,06	R\$ -3.306.644.491,90
2092	R\$ 82.379,87	R\$ 1.440.752,08	R\$ -1.358.372,20	R\$ -3.308.002.864,10
2093	R\$ 62.531,60	R\$ 1.112.791,33	R\$ -1.050.259,73	R\$ -3.309.053.123,83
2094	R\$ 48.186,39	R\$ 853.507,66	R\$ -805.321,27	R\$ -3.309.858.445,10
2095	R\$ 37.648,79	R\$ 665.401,28	R\$ -627.752,49	R\$ -3.310.486.197,58
2096	R\$ 29.304,50	R\$ 516.023,20	R\$ -486.718,70	R\$ -3.310.972.916,28
2097	R\$ 22.192,59	R\$ 388.127,78	R\$ -365.935,19	R\$ -3.311.338.851,47
2098	R\$ 16.742,48	R\$ 290.641,01	R\$ -273.898,53	R\$ -3.311.612.750,00
2099	R\$ 12.502,63	R\$ 214.850,88	R\$ -202.348,26	R\$ -3.311.815.098,25
2100	R\$ 9.260,62	R\$ 156.840,39	R\$ -147.579,76	R\$ -3.311.962.678,02



ANEXO 7: RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

A duração do passivo corresponde ao valor médio, em anos, dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderados pelos valores presentes desses fluxos.

ANOS	Evolução da Duração do Passivo
2022	18,48
2023	17,93
2024	16,82
2025	16,87
2026	15,65

ANEXO 8: RESULTADO DA DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

Este anexo tem como intuito demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000, na qual deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa.

Para isso, o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio contemplará informações estruturadas relativas ao histórico de receitas e despesas do ente federativo, às projeções de receitas e despesas do RPPS e ao plano de equacionamento do déficit atuarial do regime e o cálculo de indicadores que visem avaliar o impacto do plano de custeio para a situação financeira e fiscal do ente federativo, considerando-se o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Quadro 1- Despesa com Pessoal 2025

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	381.403.483,55
Pessoal Ativo	292.441.055,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.321.936,94
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	50.640.491,45
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	45.980.773,74
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.310.755,76
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração/Instrução Normativa TCE/PR 56/2011 - IRRF	7.256,81
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	21.817,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.423.692,46
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	3.880.462,31
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	335.422.709,81
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	335.422.709,81
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	880.729.947,80
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	38,1%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	60,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	57,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	54,0%

Quadro 2 – Dados para Projeção

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2025)		0,00
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2025)		0,00
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	252.279.231,47	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		0,00
Resultado Atuarial	(618.107.740,79)	
Variação Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13,38%	
Variação Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	7,06%	

Quadro 3 – Histórico da RCL E DPL

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano
2018	261.517.200,02	148.567.128,90	3,75%
2019	379.228.370,65	153.998.370,34	4,31%
2020	413.690.590,20	155.474.115,57	4,52%
2021	537.711.682,17	196.169.718,00	10,06%
2022	562.328.961,46	272.475.978,47	5,79%
2023	666.308.514,50	288.349.335,06	4,62%
2024	746.789.081,45	305.229.797,73	4,83%
2025	880.729.947,80	335.422.709,81	4,26%

Quadro 4 – Indicadores da Viabilidade

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Efetividade do Plano de Amortização
2026	0	34,17%	-33,39%	
2027	1	33,53%	-34,65%	7,87%
2028	2	31,26%	-39,07%	6,75%
2029	3	29,16%	-43,15%	5,81%
2030	4	27,45%	-46,49%	5,00%
2031	5	25,92%	-49,48%	4,41%
2032	6	24,36%	-52,51%	4,07%
2033	7	22,97%	-55,22%	3,44%
2034	8	21,77%	-57,56%	2,47%
2035	9	20,59%	-59,87%	1,67%
2036	10	19,39%	-62,21%	1,10%
2037	11	18,25%	-64,43%	0,57%
2038	12	17,14%	-66,59%	0,16%
2039	13	16,09%	-68,63%	-0,22%
2040	14	15,11%	-70,55%	-0,61%



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

2041	15	14,18%	-72,36%	-1,00%
2042	16	13,30%	-74,08%	-1,32%
2043	17	12,47%	-75,68%	-1,65%
2044	18	11,69%	-77,21%	-1,89%
2045	19	10,96%	-78,63%	-2,14%
2046	20	10,28%	-79,97%	-2,34%
2047	21	9,63%	-81,22%	-2,46%
2048	22	9,03%	-82,40%	-2,48%
2049	23	8,46%	-83,50%	-2,47%
2050	24	7,94%	-84,53%	-2,39%
2051	25	7,44%	-85,49%	-2,23%
2052	26	6,98%	-86,39%	-1,96%
2053	27	6,55%	-87,23%	-1,54%
2054	28	6,15%	-88,02%	-0,94%
2055	29	5,77%	-88,75%	-0,30%
2056	30	5,42%	-89,44%	0,47%
2057	31	5,09%	-90,08%	1,33%
2058	32	4,78%	-90,68%	2,27%
2059	33	4,49%	-91,24%	2,91%
2060	34	4,23%	-91,76%	-8,04%
2061	35	3,97%	-92,25%	-8,42%
2062	36	3,74%	-92,71%	-8,78%
2063	37	3,52%	-93,14%	-40,68%
2064	38	3,31%	-93,54%	-100,00%
2065	39	3,12%	-93,92%	
2066	40	2,94%	-94,27%	



ANEXO 9: TÁBUAS EM GERAL

A seguir as tábuas de mortalidade de válidos e inválidos utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

Quadro 35: Mortalidade Geral - IBGE 2022 P/Sexo

IDADE	FEMININA		MASCULINA	
	X	q (x)	e (x)	q (x)
0	0.01168638	78.96	0.01394032	71.96
1	0.00086714	78.89	0.00093524	71.98
2	0.00063078	77.96	0.00071899	71.05
3	0.00046448	77.01	0.00055583	70.10
4	0.00035084	76.05	0.00043479	69.14
5	0.00027575	75.07	0.00034678	68.17
6	0.00022887	74.09	0.00028476	67.19
7	0.00020277	73.11	0.00024328	66.21
8	0.00019210	72.13	0.00021877	65.22
9	0.00019402	71.14	0.00020948	64.24
10	0.00020646	70.15	0.00021608	63.25
11	0.00022838	69.17	0.00024218	62.27
12	0.00025868	68.18	0.00029542	61.28
13	0.00029593	67.20	0.00039015	60.30
14	0.00033857	66.22	0.00054643	59.32
15	0.00038434	65.24	0.00078962	58.35
16	0.00043118	64.27	0.00113173	57.40
17	0.00047686	63.30	0.00155032	56.46
18	0.00051971	62.33	0.00198246	55.55
19	0.00055852	61.36	0.00233505	54.66
20	0.00059329	60.39	0.00256261	53.79
21	0.00062467	59.43	0.00266742	52.92
22	0.00065376	58.46	0.00269288	52.06
23	0.00068177	57.50	0.00269115	51.20
24	0.00070937	56.54	0.00268815	50.34
25	0.00073707	55.58	0.00269859	49.47
26	0.00076497	54.62	0.00271885	48.61
27	0.00079319	53.66	0.00274135	47.74
28	0.00082236	52.70	0.00276133	46.87
29	0.00085346	51.75	0.00277597	46.00
30	0.00088815	50.79	0.00278812	45.12



Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

31	0.00092838	49.84	0.00280239	44.25
32	0.00097583	48.88	0.00282364	43.37
33	0.00103203	47.93	0.00285647	42.49
34	0.00109734	46.98	0.00290298	41.61
35	0.00117147	46.03	0.00296440	40.73
36	0.00125340	45.08	0.00304091	39.85
37	0.00134168	44.14	0.00313263	38.97
38	0.00143613	43.20	0.00324125	38.09
39	0.00153740	42.26	0.00336955	37.21
40	0.00164823	41.32	0.00352213	36.34
41	0.00177273	40.39	0.00370468	35.47
42	0.00191448	39.46	0.00392130	34.60
43	0.00207669	38.54	0.00417495	33.73
44	0.00225897	37.62	0.00446357	32.87
45	0.00245794	36.70	0.00478114	32.01
46	0.00266751	35.79	0.00511912	31.17
47	0.00287938	34.88	0.00546707	30.32
48	0.00308920	33.98	0.00582209	29.49
49	0.00329627	33.09	0.00618776	28.66
50	0.00350708	32.19	0.00657882	27.83
51	0.00373407	31.31	0.00701919	27.01
52	0.00398966	30.42	0.00753027	26.20
53	0.00428653	29.54	0.00813168	25.40
54	0.00463134	28.67	0.00882784	24.60
55	0.00502514	27.80	0.00960776	23.81
56	0.00546481	26.93	0.01044946	23.04
57	0.00594272	26.08	0.01131952	22.28
58	0.00645572	25.23	0.01219856	21.53
59	0.00700615	24.39	0.01308467	20.79
60	0.00760503	23.56	0.01400180	20.06
61	0.00827339	22.74	0.01500160	19.33
62	0.00903167	21.92	0.01613308	18.62
63	0.00989849	21.12	0.01744027	17.92
64	0.01088061	20.33	0.01893891	17.23
65	0.01196766	19.54	0.02060665	16.55
66	0.01314058	18.77	0.02240209	15.89
67	0.01437106	18.02	0.02426259	15.24
68	0.01564602	17.27	0.02615271	14.61
69	0.01697945	16.54	0.02808412	13.99





Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

70	0.01841478	15.82	0.03011652	13.38
71	0.02003559	15.10	0.03237282	12.78
72	0.02192773	14.40	0.03497063	12.19
73	0.02416876	13.71	0.03800373	11.61
74	0.02680608	13.04	0.04150990	11.05
75	0.02982294	12.39	0.04542311	10.51
76	0.03317326	11.75	0.04963972	9.98
77	0.03677748	11.14	0.05402300	9.48
78	0.04058891	10.54	0.05850429	8.99
79	0.04466077	9.97	0.06317835	8.52
80	0.04912981	9.41	0.06825638	8.06
81	0.05426806	8.87	0.07412252	7.61
82	0.06035468	8.35	0.08113914	7.18
83	0.06758119	7.86	0.08950872	6.77
84	0.07600319	7.39	0.09923260	6.39
85	0.08532962	6.96	0.10984481	6.04
86	0.09508786	6.56	0.12067368	5.72
87	0.10468715	6.20	0.13095818	5.44
88	0.11363776	5.86	0.14011900	5.18
89	0.12195353	5.53	0.14824709	4.92
90	0.12521323	5.20	0.14916785	4.65
91	0.13372595	4.88	0.15715547	4.38
92	0.14334904	4.55	0.16644006	4.10
93	0.15431544	4.23	0.17731217	3.82
94	0.16692603	3.91	0.19015160	3.54
95	0.18157550	3.59	0.20546321	3.25
96	0.19879045	3.28	0.22393052	2.96
97	0.21928663	2.97	0.24649751	2.67
98	0.24405653	2.66	0.27449561	2.38
99	0.27450583	2.36	0.30984256	2.09
100	0.31266697	2.06	0.35535051	1.81
101	0.36152793	1.77	0.41517031	1.53
102	0.42549372	1.49	0.49525730	1.26
103	0.51080275	1.22	0.60297368	1.01
104	0.62471642	0.97	0.74177440	0.79
105	0.76841300	0.75	0.89029687	0.61
106	0.91272000	0.59	0.98242761	0.52
107	0.98927678	0.51	0.99963985	0.50
108	0.99987049	0.50	0.99999987	0.50





Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

109	0.99999998	0.50	1.00000000	0.50
110	1.00000000	0.50	1.00000000	0.50
111	1.00000000	0.50	1.00000000	0.50

Quadro 36: Mortalidade de Inválidos - IBGE 2022 P/Sexo

IDADE	FEMININA		MASCULINA		Entrada em Invalidez - Alvaro Vindas
	X	q (x)	e (x)	q (x)	
0	0.01168638	78.96	0.01394032	71.96	0.00000000
1	0.00086714	78.89	0.00093524	71.98	0.00000000
2	0.00063078	77.96	0.00071899	71.05	0.00000000
3	0.00046448	77.01	0.00055583	70.10	0.00000000
4	0.00035084	76.05	0.00043479	69.14	0.00000000
5	0.00027575	75.07	0.00034678	68.17	0.00000000
6	0.00022887	74.09	0.00028476	67.19	0.00000000
7	0.00020277	73.11	0.00024328	66.21	0.00000000
8	0.00019210	72.13	0.00021877	65.22	0.00000000
9	0.00019402	71.14	0.00020948	64.24	0.00000000
10	0.00020646	70.15	0.00021608	63.25	0.00000000
11	0.00022838	69.17	0.00024218	62.27	0.00000000
12	0.00025868	68.18	0.00029542	61.28	0.00000000
13	0.00029593	67.20	0.00039015	60.30	0.00000000
14	0.00033857	66.22	0.00054643	59.32	0.00000000
15	0.00038434	65.24	0.00078962	58.35	0.00057500
16	0.00043118	64.27	0.00113173	57.40	0.00057300
17	0.00047686	63.30	0.00155032	56.46	0.00057200
18	0.00051971	62.33	0.00198246	55.55	0.00057000
19	0.00055852	61.36	0.00233505	54.66	0.00056900
20	0.00059329	60.39	0.00256261	53.79	0.00056900
21	0.00062467	59.43	0.00266742	52.92	0.00056900
22	0.00065376	58.46	0.00269288	52.06	0.00056900
23	0.00068177	57.50	0.00269115	51.20	0.00057000
24	0.00070937	56.54	0.00268815	50.34	0.00057200
25	0.00073707	55.58	0.00269859	49.47	0.00057500
26	0.00076497	54.62	0.00271885	48.61	0.00057900
27	0.00079319	53.66	0.00274135	47.74	0.00058300
28	0.00082236	52.70	0.00276133	46.87	0.00058900
29	0.00085346	51.75	0.00277597	46.00	0.00059600
30	0.00088815	50.79	0.00278812	45.12	0.00060500





Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

31	0.00092838	49.84	0.00280239	44.25	0.00061500
32	0.00097583	48.88	0.00282364	43.37	0.00062800
33	0.00103203	47.93	0.00285647	42.49	0.00064300
34	0.00109734	46.98	0.00290298	41.61	0.00066000
35	0.00117147	46.03	0.00296440	40.73	0.00068100
36	0.00125340	45.08	0.00304091	39.85	0.00070400
37	0.00134168	44.14	0.00313263	38.97	0.00073200
38	0.00143613	43.20	0.00324125	38.09	0.00076400
39	0.00153740	42.26	0.00336955	37.21	0.00080100
40	0.00164823	41.32	0.00352213	36.34	0.00084400
41	0.00177273	40.39	0.00370468	35.47	0.00089300
42	0.00191448	39.46	0.00392130	34.60	0.00094900
43	0.00207669	38.54	0.00417495	33.73	0.00101400
44	0.00225897	37.62	0.00446357	32.87	0.00108800
45	0.00245794	36.70	0.00478114	32.01	0.00117400
46	0.00266751	35.79	0.00511912	31.17	0.00127100
47	0.00287938	34.88	0.00546707	30.32	0.00138300
48	0.00308920	33.98	0.00582209	29.49	0.00151100
49	0.00329627	33.09	0.00618776	28.66	0.00165700
50	0.00350708	32.19	0.00657882	27.83	0.00182300
51	0.00373407	31.31	0.00701919	27.01	0.00201400
52	0.00398966	30.42	0.00753027	26.20	0.00223100
53	0.00428653	29.54	0.00813168	25.40	0.00247900
54	0.00463134	28.67	0.00882784	24.60	0.00276200
55	0.00502514	27.80	0.00960776	23.81	0.00308900
56	0.00546481	26.93	0.01044946	23.04	0.00345200
57	0.00594272	26.08	0.01131952	22.28	0.00387200
58	0.00645572	25.23	0.01219856	21.53	0.00435000
59	0.00700615	24.39	0.01308467	20.79	0.00489500
60	0.00760503	23.56	0.01400180	20.06	0.00551600
61	0.00827339	22.74	0.01500160	19.33	0.00622300
62	0.00903167	21.92	0.01613308	18.62	0.00702900
63	0.00989849	21.12	0.01744027	17.92	0.00794700
64	0.01088061	20.33	0.01893891	17.23	0.00899300
65	0.01196766	19.54	0.02060665	16.55	0.01018300
66	0.01314058	18.77	0.02240209	15.89	0.01154200
67	0.01437106	18.02	0.02426259	15.24	0.01308700
68	0.01564602	17.27	0.02615271	14.61	0.01484700
69	0.01697945	16.54	0.02808412	13.99	0.01685200





Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial

70	0.01841478	15.82	0.03011652	13.38	0.01913500
71	0.02003559	15.10	0.03237282	12.78	0.02173400
72	0.02192773	14.40	0.03497063	12.19	0.02469500
73	0.02416876	13.71	0.03800373	11.61	0.02806600
74	0.02680608	13.04	0.04150990	11.05	0.03190400
75	0.02982294	12.39	0.04542311	10.51	0.03627500
76	0.03317326	11.75	0.04963972	9.98	0.04125200
77	0.03677748	11.14	0.05402300	9.48	0.04691900
78	0.04058891	10.54	0.05850429	8.99	0.05537100
79	0.04466077	9.97	0.06317835	8.52	0.06071800
80	0.04912981	9.41	0.06825638	8.06	0.06908400
81	0.05426806	8.87	0.07412252	7.61	0.07860800
82	0.06035468	8.35	0.08113914	7.18	0.08945300
83	0.06758119	7.86	0.08950872	6.77	0.10180000
84	0.07600319	7.39	0.09923260	6.39	0.11585900
85	0.08532962	6.96	0.10984481	6.04	0.13180500
86	0.09508786	6.56	0.12067368	5.72	0.15009000
87	0.10468715	6.20	0.13095818	5.44	0.17084000
88	0.11363776	5.86	0.14011900	5.18	0.19446500
89	0.12195353	5.53	0.14824709	4.92	0.22136300
90	0.12521323	5.20	0.14916785	4.65	0.25198800

ANEXO 10 – GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

Conforme previsto na Nota Técnica Atuarial, a análise de ganhos e perdas atuariais dependerá da própria fonte geradora de divergência entre Avaliações Atuariais. Considerando divergência proveniente de premissa, poderá ser apresentado Plano de Contas das premissas divergentes e o ganho ou perda atuarial será apresentado de forma consolidada. No entanto, se a divergência for causada principalmente por variação cadastral, poderá se apresentado resultado a nível de servidor que fundamentará o ganho ou a perda atuarial causada pela variação na base. Finalmente, alteração proveniente de alteração legal poderá ser feita por análise temporal do Plano de Contas.

ORA-OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/2025
(1) Ganhos/Perdas Ativos	R\$ 74.582.198,60
• Ativos	R\$ 74.582.198,60
(2) Ganhos/Perdas Amortização	-R\$ 36.768.077,33
• Amortização	-R\$ 36.768.077,33
(3) Ganhos/Perdas Atuariais da Obrigação por Mudança de Premissas	R\$ 69.740.600,37
(a) Efeito de Transição de Exercício	-R\$ 70.863.687,32
• Alteração da Base Cadastral e Valores Previstos e Não Ocorridos	-R\$ 70.863.687,32
(b) Efeito da Alteração de Premissas Financeiras	R\$ 140.604.287,69
• Meta Atuarial	R\$ 140.604.287,69
(1) + (2) + (3) Ganhos/Perda Atuarial Total	R\$ 107.554.721,64

ANEXO 11 – SENSIBILIDADES DAS PREMISSAS ATUARIAIS

Para análise de sensibilidade das premissas, serão apresentados diversos Planos de Contas considerando premissas divergentes.

Discriminação	META 5,50%	META 4,93%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Aposentados)	-R\$ 517.897.911,55	-R\$ 552.460.023,94
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Participante (Aposentados)	R\$ 7.930.027,75	R\$ 8.700.525,24
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Patrocinador (Aposentados)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	-R\$ 29.030.216,14	-R\$ 30.670.309,98
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Participante (Pensionistas)	R\$ 69.566,13	R\$ 73.486,60
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Patrocinador (Pensionistas)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+) Valor da Compensação Previdenciária (Benefícios Concedidos)	R\$ 38.618.430,57	R\$ 40.765.103,83
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB - Concedidos)	-R\$ 500.310.103,24	-R\$ 533.591.218,25
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (A Conceder)	-R\$ 1.183.133.956,49	-R\$ 1.308.890.664,61
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Participante	R\$ 138.129.299,91	R\$ 145.185.519,15
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Patrocinador	R\$ 130.575.368,97	R\$ 135.664.849,78
(+) Valor da Compensação Previdenciária (Benefícios a Conceder)	R\$ 59.156.697,83	R\$ 65.444.533,23
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder)	-R\$ 855.272.589,77	-R\$ 962.595.762,45
(=) Reserva Matemática (RMBC + RMBaC)	-R\$ 1.355.582.693,01	-R\$ 1.496.186.980,70
(+) Valor Presente dos Acordos de Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 483.431.620,47	R\$ 483.431.620,47
(=) Ativo Total do Plano	R\$ 483.431.620,47	R\$ 483.431.620,47
Déficit Técnico Atuarial	-R\$ 872.151.072,54	-R\$ 1.012.755.360,23
RESERVA A AMORTIZAR	-R\$ 872.151.072,54	-R\$ 1.012.755.360,23



Discriminação	CRESC. SAL 1.57%	CRESC. SAL 3%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Aposentados)	R\$ -517.897.911,55	R\$ -603.956.157,73
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Participante (Aposentados)	R\$ 7.930.027,75	R\$ 17.004.236,68
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Patrocinador (Aposentados)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ -29.030.216,14	R\$ -29.971.567,37
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Participante (Pensionistas)	R\$ 69.566,13	R\$ 117.633,87
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Patrocinador (Pensionistas)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+) Valor da Compensação Previdenciária (Benefícios Concedidos)	R\$ 38.618.430,57	R\$ 42.535.808,97
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB - Concedidos)	R\$ -500.310.103,24	R\$ -574.270.045,58
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (A Conceder)	R\$ -1.183.133.956,49	R\$ -1.404.098.916,57
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Participante	R\$ 138.129.299,91	R\$ 167.734.770,56
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras Patrocinador	R\$ 130.575.368,97	R\$ 144.395.557,18
(+) Valor da Compensação Previdenciária (Benefícios a Conceder)	R\$ 59.156.697,83	R\$ 70.204.945,83
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder)	R\$ -855.272.589,77	R\$ -1.021.763.643,00
(=) Reserva Matemática (RMBC + RMBaC)	R\$ -1.355.582.693,01	R\$ -1.596.033.688,58
(+) Valor Presente dos Acordos de Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 483.431.620,47	R\$ 483.431.620,47
(=) Ativo Total do Plano	R\$ 483.431.620,47	R\$ 483.431.620,47
Déficit Técnico Atuarial	R\$ -872.151.072,54	R\$ -1.112.602.068,11
RESERVA A AMORTIZAR	R\$ -872.151.072,54	R\$ -1.112.602.068,11



ANEXO 12 – ANÁLISE CRÍTICA DA BASE CADASTRAL

**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DA
BASE CADASTRAL PARA
AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026**

MARIANA - MG

1 INTRODUÇÃO

Para realização da Avaliação Atuarial anual, utiliza-se como fonte de informação para o cálculo a base cadastral dos segurados (servidores e seus dependentes). A formação e manutenção de uma base cadastral de qualidade que representa, com menor erro possível, o perfil dos segurados na data da respectiva base, é condição essencial sem a qual é impossível obter uma Avaliação Atuarial que reflita o nível de risco do RPPS.

Segundo a Portaria nº 1.467/2022, a avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os beneficiários do RPPS, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo. Além disso, determina que os poderes, órgãos e entidades do ente federativo deverão encaminhar à unidade gestora do RPPS as informações dos beneficiários do regime para elaboração da avaliação atuarial, ou permitir o seu acesso por meio de sistemas informatizados, em tempo hábil para sua análise, correção, processamento e apresentação dos resultados.

De acordo com a Portaria nº 1.467/2022, a base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos beneficiários do RPPS a ser utilizada na avaliação atuarial deverá estar posicionada entre julho e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro. Nesta Avaliação Atuarial, utilizou-se a base cadastral com data em 30/09/2025.

2 ANÁLISE DA BASE CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO

Este relatório foi elaborado para o IPREV, com foco na análise da consistência da base cadastral, referente à Avaliação Atuarial de 2025. As inconsistências identificadas estão detalhadas a seguir, de acordo com o status dos segurados (ativos, aposentados e pensionistas e tesouro), bem como de seus dependentes.

Recomenda-se a análise dos quadros abaixo para a devida correção:

2.1 Base de Ativos Prefeitura Previdenciário

Quadro 1- Ativos

Descrição Código Erro	Número de Ocorrências	Ajustes
Estado Civil Servidor Invalido	11	Ajusta-se de Acordo o tipo de Dependência indicada na base cadastral
Base Cálculo não pode ser Maior que Valor Remuneração	49	Ajusta-se a remuneração para o

		mesmo valor da base de calculo
Cód. Condição Dependente Invalido	2542	assumir que são validos
Idade Dependente maior que Limite Idade Universitário	900	Remove-se da base
Sexo Dependente Invalido	2	Assumir o sexo oposto ao cônjuge, caso seja filho assume-se sexo feminino
Número Dependentes Encontrados maior que informado	353	Alterar a informação de acordo o quantitativo encontrado na base Cadastral
Número Dependentes Encontrados menor que informado	654	Alterar a informação de acordo o quantitativo encontrado na base Cadastral
Servidor Casado ou c/ União Estável sem dependente como cônjuge ou companheiro	312	Adota-se a Hipótese de Família Padrão
Servidor não Casado e sem União Estável com dependente como cônjuge ou companheiro	176	Altera-se o Status do servidor para casado
Indicação de Previdência Complementar Invalido	7	Assume-se que não possui prev complementar
Tabela de Dependentes contendo dependente(s) sem associação com algum Servidor Ativo ou Aposentado	370	remover da base

2.2 Base de Aposentados Previdenciário

Quadro 2- Aposentados

Descrição Código Erro	Número de Ocorrências	Ajustes
Possível filho(a) declarado como cônjuge	1	Altera-se para filho
Cód. Condição Dependente Invalido	825	Assumir que são válidos
Idade Dependente Conflitante com Idade Servidor	3	-
Número Dependentes Encontrados menor que informado	1	Alterar a informação de acordo o quantitativo encontrado na base Cadastral
Servidor Casado ou c/ União Estável sem dependente como cônjuge ou companheiro	20	Adota-se a Hipótese de Família Padrão
Servidor não Casado e sem União Estável com dependente como cônjuge ou companheiro	50	Altera-se o Status do servidor para casado

2.3 Base de Pensionistas Previdenciário

Quadro 3 - Pensionistas

Descrição Código Erro	Número de Ocorrências	Ajustes
Benefício Temporário Informado para Pensionista Invalido	1	Alterar para vitalício
Tempo Duração Informado Fora da Faixa Limite Idade Filho Universitário	1	Ajusta-se o tempo Final até o período máximo como filho universitário
Instituidor Matrícula com Valor Benefício Inferior ao Mínimo	1	Ajusta-se de acordo o benefício médio de todos os pensionistas

2.4 Base de Aposentados Tesouro

Quadro 4 – Aposentados Tesouro

Descrição Código Erro	Número de Ocorrências	Ajustes
Composição Massa 2 (1) diverge Tipo Plano (3)	2	Ajusta-se a Composição da Massa para Tesouro
Cód. Condição Dependente Invalido	1	Assumir que são válidos

3 ANÁLISE ESTATÍSTICA DA BASE CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO

A seguir está o resumo do quantitativo de servidores, a média da base de cálculo e a folha total mensal informada para as Avaliações Atuariais 2025 e 2026.

Quadro 5 – Quantitativo de servidores

ANO	ATIVO	APOSENTADO	PENSIONISTA	TOTAL
2026	2009	593	88	2690
2025	2123	554	90	2767
Total %	-5,37%	7,04%	-2,22%	-2,78%

Quadro 6 – Média da base de Cálculo e do Benefício

ANO	ATIVO	APOSENTADO	PENSIONISTA
2026	R\$ 4.766,59	R\$ 4.613,01	R\$ 2.418,62
2025	R\$ 4.485,95	R\$ 4.209,74	R\$ 2.144,15
Total %	6,26%	9,58%	12,80%

4 TOMADA DE DECISÃO EM RELAÇÃO À BASE CADASTRAL

As inconsistências apontadas nesse relatório têm impacto relevante na Avaliação Atuarial e podem, somados, perturbar o resultado da Avaliação Atuarial 2025. Recomenda-se a revisão das inconsistências apuradas e correções sempre que possível

Para criação e manutenção de base cadastral atualizada e de qualidade, recomenda-se a realização de recenseamento conforme previsto no Art. 9º da Lei nº 10.887 de 18 de junho de 2004 obtendo, inclusive, tempo de contribuição do servidor via Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Leonardo Ferreira Stelmo

LEONARDO FERREIRA STELMO
ATUÁRIO – MIBA 3646